

Educação pública de qualidade: quanto custa esse direito?



BRASIL 2011



Campanha NACIONAL
pelo **DIREITO** à
EDUCAÇÃO



Síntese do CAQi (2010)

(valores atualizados conforme PIB *per capita* de 2010)

Tipo de escola	Creche	Pré-escola	Ensino fundamental		Ensino médio	Ensino fundamental no campo	
			Anos iniciais	Anos finais		Anos iniciais	Anos finais
Tamanho médio (número de alunos)	130	240	480	600	900	70	100
Jornada diária dos alunos (horas)	10	5	5	5	5	5	5
Média de alunos por turma	13	20	24	30	30	14	25
Pessoal + Encargos	83,7%	78,2%	77,6%	76,7%	77,7%	72,8%	71,6%
Custo MDE (R\$)	6.988	2.725	2.599	2.573	2.661	4.811	4.576
Custo total (R\$)	7.480	2.930	2.772	2.727	2.805	5.110	4.808
Custo total (% do PIB <i>per capita</i>)	39,3%	15,4%	14,6%	14,3%	14,8%	26,9%	25,3%
Diferenciação (ensino fundamental anos iniciais = 1)	2,70	1,06	1,00	0,98	1,01	1,84	1,73

Observações

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação produziu, em 2005, o cálculo do CAQi para as todas as etapas da educação básica e atualizou o valor para 2009. Veja a síntese do CAQi na tabela 6 da publicação “Educação pública de qualidade: quanto custa esse direito?”, 2ª edição, 2011, p. 42.

Em vista do tempo de preparação das várias etapas de uma publicação impressa, divulgamos esta tabela com os valores atualizados conforme o PIB *per capita* de 2010.

Todas as outras tabelas relativas ao CAQi serão atualizadas e estarão disponíveis a partir de outubro de 2011 no site da Campanha Nacional pelo Direito à Educação: www.campanhaeducacao.org.br

Educação pública de qualidade: quanto custa esse direito?

BRASIL | 2011



Campanha NACIONAL
pelo **DIREITO** à
EDUCAÇÃO

CONCEPÇÃO E REALIZAÇÃO

Campanha Nacional pelo Direito à Educação

ELABORAÇÃO DE TEXTO

Denise Carreira

REVISÃO TÉCNICA E ELABORAÇÃO DOS CÁLCULOS

José Marcelino Rezende Pinto

COORDENAÇÃO EDITORIAL E EDIÇÃO

Iracema Nascimento

ASSISTÊNCIA EDITORIAL (1ª EDIÇÃO)

Maitê Gauto

ATUALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA EDITORIAL (2ª EDIÇÃO)

Marina Gonzalez

SUPERVISÃO

Daniel Cara

APOIO AO TRATAMENTO DE DADOS

Andrea Barbosa Gouveia

Thiago Alves

REVISÃO DE TEXTO

Jandira Queiroz

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Renata Alves de Souza | Tipográfico Comunicação

ILUSTRAÇÃO

Rabiscos

IMPRESSÃO

Neoband

APOIO

Save the Children | Department for International Development (DFID) | União Europeia

Este material tem como base o livro *Custo Aluno-Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil*, publicado em 2007 pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação em parceria com a Global Editora, com texto sistematizado por Denise Carreira e José Marcelino Rezende Pinto.

A obra *Educação pública de qualidade: quanto custa esse direito?*, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, foi licenciada com uma Licença Creative Commons, Atribuição, Uso Não Comercial, Obras Derivadas Proibidas 3.0, Não Adaptada, com base na obra disponível em <http://www.campanhaeducacao.org.br>. Permissões adicionais ao âmbito desta licença podem estar disponíveis em <http://www.campanhaeducacao.org.br>.

Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia, DIFD e da Save the Children. O seu conteúdo é da responsabilidade exclusiva de Campanha Nacional pelo Direito à Educação, não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da União Europeia, DIFD e da Save the Children.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação pública de qualidade : quanto custa esse direito?. – 2. ed. – São Paulo : Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2011.

Vários colaboradores.

1. Direito à educação 2. Educação - Brasil 3. Educação - Brasil - Financiamento 4. Educação - Custos 5. Educação - Qualidade 6. Escolas públicas - Brasil.

11-01997

CDD-371.010981

Índice para catálogo sistemático:

1. Custo Aluno-Qualidade Inicial : Escolas públicas de qualidade : Brasil : Educação
371.010981

**Educação pública de qualidade:
quanto custa esse direito?**

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE: QUANTO CUSTA ESSE DIREITO?

Apresentação

1 O que é o CAC e para que serve ?

3 Pontos cardeais: que qualidade almejamos ?

4 O que é necessário para alcançar essa qualidade ?

2 O Brasil investe muito ou pouco em educação ?

5 Um passo rumo à qualidade: o Custo Aluno-Qualidade Inicial

6

8

13

16

20

30

6 Cesta de insumos:
o que uma escola de
qualidade precisa ter ?

8 O CAQi,
as modalidades e
as desigualdades

9 O CAQi na praça:
da escola aos
Planos de Educação

7 Como
viabilizar o CAQi ?

10 Para abrir
outras conversas

Tabelas
do CAQi

Sobre a Campanha Nacional
pelo Direito à Educação

36

44

49

53

59

61

83

Apresentação

“Gente quer comer. Gente quer ser feliz.
Gente quer respirar ar pelo nariz (...).
No coração da mata, gente quer prosseguir.
Quer durar, quer crescer, gente quer luzir (...).”

(Caetano Veloso, “Gente”)

Todo mundo fala que o Brasil precisa de uma educação pública de qualidade, de verdade. De familiares, estudantes e profissionais de educação às autoridades públicas, passando por ativistas de movimentos sociais e ONGs (organizações não governamentais), empresários e empresárias, sindicalistas, pesquisadores e pesquisadoras, há um consenso: nossa educação precisa melhorar.

A maior parte das nossas creches e escolas públicas não consegue oferecer uma educação que permita a crianças, jovens e adultos desenvolverem suas capacidades e potencialidades, apesar de haver exceções importantes, instituições que fazem um trabalho de referência para as redes públicas.

Muita gente fala com saudade de um tempo, lá no passado, em que a escola pública era considerada de boa qualidade, mas se esquece que, antigamente, a escola pública era para poucos. Hoje, queremos que todos tenham acesso a creches e escolas, mas também queremos que elas ofereçam educação de qualidade.

Nesse sentido, este pequeno livro nos ajuda a colocar o dedo em uma ferida. Está certo, todo mundo quer qualidade. mas, afinal, que qualidade é essa? E quanto custa esse direito previsto na legislação brasileira e em convenções e tratados internacionais?

Sabemos que só dinheiro não basta para melhorar a qualidade da educação. Contudo, sem a ampliação dos gastos com educação, aliada ao controle adequado da aplicação dos recursos, dificilmente a educação do país sairá do estágio indigente em que se encontra hoje. Por isso, apresentaremos aqui o que chamamos de CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial), um instrumento poderoso para que possamos dar passos concretos rumo à educação pública de qualidade que as crianças e os jovens do Brasil merecem e da qual necessitam.

A primeira versão da publicação que você tem nas mãos foi lançada no começo de 2010 e distribuída gratuitamente em todo o Brasil. Esta reedição atualiza dados e informações sobre a situação da educação no País e, o mais importante, traz os cálculos mais recentes sobre os valores do CAQi.

1

O que é o CAQ

e para que serve ?

“Para que serve o juiz?
Para fazer a justiça.
Para que serve a cobiça?
Para viver infeliz.
Pra que serve um país?
Para ser grande nação.
Pra que serve a multidão? ”

(Zé Ramalho, “Mourão voltado em questões”)

Nas últimas décadas, o Brasil conquistou avanços importantes na legislação educacional. Grande parte deles é resultado da luta de organizações e movimentos sociais que atuaram e atuam para que o **direito humano à educação** pública de qualidade seja uma realidade para todos e todas.

Mas a gente sabe que existe uma distância muito grande entre o que a lei estabelece e a situação das nossas creches e escolas públicas, a maioria delas sem condições adequadas de funcionamento: faltam vagas e profissionais, equipamentos, brinquedos, laboratórios, parquinhos, quadras esportivas, formação do professorado, prédios, salários dignos, etc. Nossa, falta tanta coisa!

O CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial) vem contribuir para a mudança dessa realidade com a seguinte pergunta: qual é o investimento necessário por criança (no caso das creches) ou por estudante (no caso das escolas) para que o Brasil cumpra a legislação educacional e garanta condições para a ampliação do número de vagas e para a melhoria da qualidade de educação? Quanto custa fazer valer esse direito?

Como vocês sabem, os recursos gastos atualmente na educação e em outras políticas sociais (saúde, assistência social, etc.) não são suficientes para que a lei seja cumprida. A lógica em funcionamento aqui no Brasil e na maioria dos países faz com que as políticas econômicas dos governos não priorizem as políticas sociais e outras políticas que permitam garantir os direitos humanos de todas as pessoas e enfrentar nossas profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Ao definir o orçamento para as áreas sociais, os governos simplesmente partem do dinheiro disponível depois de já terem investido em outras áreas e depois de já terem pagado as dívidas e seus juros. No caso da educação, o certo seria verificar quantas crianças, adolescentes, jovens e adultos estão matriculados, quantos ainda é preciso matricular e de quanto é o investimento necessário para oferecer educação de qualidade a todos. É exatamente isso o que o CAQi propõe.



O QUE É O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO?

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, reconhece o direito humano à educação em seu artigo 26 e estabelece que os objetivos da educação são o pleno desenvolvimento da pessoa humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos. Os direitos humanos são um conjunto de princípios comprometidos com a garantia da dignidade humana. Esses direitos são universais (para todas as pessoas), interdependentes (todos os direitos humanos estão relacionados entre si, e nenhum tem mais importância que outro), indivisíveis (não podem ser fracionados) e devem ser exigidos do Estado por meio de pressão política da sociedade e de ações jurídicas. O Brasil é signatário de diversos documentos internacionais, com força de lei, que reconhecem a todas as pessoas o direito humano à educação. Então, vamos pressionar para que o poder público brasileiro cumpra o que está previsto na lei!

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE: QUANTO CUSTA ESSE DIREITO?

Por representar uma mudança nesse jeito de lidar com as questões sociais, o custo aluno-qualidade até hoje nunca saiu do papel, nunca foi definido pelos governos, apesar de suas bases estarem previstas na Constituição Federal (de 1988), na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996), na Lei do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), no **Plano Nacional de Educação** (de 2001) e na Lei do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação).

O **Fundef** – substituído em 2007 pelo **Fundeb** – estabelecia o prazo para que União, Estados e municípios fixassem um valor de custo aluno-qualidade até 2001, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Porém, o governo FHC não o fez, e foi somente no fim do segundo mandato do governo Lula que se começou a enfrentar o desafio de definir o valor do CAQ. Para isso, a pressão da Campanha Nacional pelo Direito à Educação foi fundamental.

A necessidade de implantar o CAQi foi debatida e aprovada na Coneb (Conferência Nacional de Educação Básica) em 2008 e na Conae (Conferência Nacional de Educação) em 2010. Todo esse processo foi muito importante. De um lado, é preciso destacar que um dos papéis do documento final da Conae (que inclui a aprovação do CAQi) era servir de base para a elaboração do novo **PNE** (Plano Nacional de Educação) 2011-2020. E, de outro, toda essa discussão sobre o CAQi nas conferências ajudou o CNE (Conselho Nacional de Educação) a chamar para si a tarefa de colocar o CAQi em prática.

Em 2008, o CNE e a Campanha assinaram um termo de cooperação, o primeiro estabelecido entre o Conselho e uma rede da sociedade civil. Foram quase dois anos de intenso trabalho até que, em maio de 2010, o CNE aprovasse o Parecer n. 8/2010, que normatiza os padrões mínimos de qualidade da educação básica nacional de acordo com o CAQi. No entanto, a luta para que o CAQ seja realidade não para por aí. Até o fechamento deste material, o parecer ainda aguardava a homologação do ministro da Educação.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Um PNE (Plano Nacional de Educação) é uma lei que estabelece objetivos e metas para os governos na área de educação durante dez anos. Como ocorre no caso de muitas leis, o governo envia uma proposta ao Congresso Nacional (deputados e senadores), que a discute, modifica e aprova. Nesta lei, estão resumidos os principais problemas e desafios da educação no Brasil e são propostas maneiras de solucioná-los. Por exemplo, se achamos que o dinheiro destinado à educação no Brasil ainda é pouco, o aumento dos recursos tem de ser uma das metas do PNE. Assim, ao longo dos dez anos seguintes, poderemos exigir mais investimento nas escolas, no pagamento dos professores, etc.

Enquanto concluímos este material, vivemos um momento muito especial: a discussão do PNE 2011-2020. Nos últimos dias do seu mandato, em 15/12/2010, o governo Lula apresentou a proposta de PNE que o Congresso Nacional discutirá em 2011. Sobre o dinheiro que deve ser destinado à educação, a proposta é um pouco mais ambiciosa que o PNE anterior, mas ainda fica longe do que o que foi discutido na Conae. O CAQi também aparece citado, mas de maneira muito marginal, sem um prazo de implementação. E aqui, novamente, a sociedade civil entra para pressionar o governo para que o CAQi se torne realidade.

Segundo a legislação educacional, o CAQ deve estabelecer as bases que orientam a construção de uma política de financiamento da educação básica que garanta recursos para uma educação de qualidade a todas as pessoas. Nesse sentido, o CAQ representa a possibilidade de conquistarmos condições que efetivem os compromissos previstos na legislação para que a lei saia do papel.

O QUE SÃO O FUNDEF E O FUNDEB?

Os fundos são mecanismos de financiamento da educação pública. O Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) foi criado em 1996 e substituído em 2007 pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação). O Fundef era destinado somente ao ensino fundamental, e o Fundeb agora atinge toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e mais as modalidades). Como eles funcionam? É como se cada estado brasileiro tivesse uma “cesta de recursos”. Cada prefeitura daquele estado e o governo estadual contribuem com uma parte de impostos para essa cesta. Feito o “bolão” de recursos, divide-se pelo número de crianças e alunos atendidos na educação pública municipal e estadual em cada etapa (creche, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidade de ensino (educação do campo, educação de jovens e adultos, educação especial e educação indígena e quilombola). Desse modo, chega-se a um valor mínimo estadual para cada uma. Se esses valores mínimos estaduais forem inferiores aos valores mínimos nacionais, definidos pelo governo federal no início de cada ano, a União cobre a diferença. O objetivo é que nenhuma rede municipal ou estadual invista menos recursos que o mínimo nacional por aluno. Sendo assim, cada prefeitura vai até a cesta de recursos do seu estado e retira uma quantidade de recursos proporcional ao número de crianças e de alunos existente em cada etapa e modalidade de sua rede de ensino. O mesmo é válido para o governo estadual, que retira da cesta um valor proporcional ao número de alunos de sua rede. É importante prestar atenção ao fato de que o valor que cada Estado ou município recebe por matrícula varia de acordo com as etapas e modalidades de ensino. Trata-se do chamado “fator de ponderação”, que estabelece o valor por aluno de cada etapa e modalidade tendo como referência (valor 1) os anos iniciais do ensino fundamental. Por exemplo, no Fundeb, a matrícula de uma criança na creche vale menos que a matrícula de um aluno no ensino médio, embora o custo real da primeira seja muito maior que a segunda.

No Fundeb, também são contabilizadas as matrículas em creches e instituições de educação especial sem fins lucrativos que sejam conveniadas ao poder público.

CAQi NA CABEÇA: DO CONGRESSO NACIONAL ÀS ESCOLAS

A partir do diálogo com diversos movimentos, organizações, governos e instituições de pesquisa, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação enfrentou o desafio e, em 2006, apresentou à sociedade e ao poder público uma proposta de custo aluno-qualidade da **educação básica**.

Com essa proposta, a Campanha pretende estimular o debate público sobre a urgência de definição do CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial) pelo Congresso Nacional, assumido como base da política nacional de financiamento educacional. Alguns passos importantes já foram dados nesse sentido com a aprovação do Parecer n. 8/2010 pelo Conselho Nacional de Educação, como foi dito anteriormente.

Outro objetivo é fazer com que o CAQi não se restrinja a uma proposta de política nacional e possa se transformar em um instrumento que contribua para que você e sua comunidade possam influenciar o controle social e o planejamento das políticas públicas municipais e estaduais e de cada escola.

Agora, o desafio é de que essa discussão chegue a todas as rodas de conversa das escolas, dos lares, dos meios de comunicação, das universidades, dos botequins, etc. Queremos que o CAQi ganhe força e vida no cotidiano e que as famílias, os estudantes, os educadores e toda a sociedade saibam quanto custa uma educação de qualidade. Afinal, todos temos o direito de exigir esse direito.

¹ Nesta publicação, utilizaremos o termo “educação especial”, tal como determina o capítulo 5 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Contudo, é fundamental reforçar que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação defende e trabalha com a perspectiva da educação inclusiva.

O QUE É A EDUCAÇÃO BÁSICA?

Segundo a lei, a educação básica é composta pelas etapas da educação infantil (creche e pré-escola), do ensino fundamental e do ensino médio, além das modalidades da educação especial¹ (para pessoas com deficiências), educação profissional, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e educação a distância.

UM LIVRO SOBRE O CAQi

Em 29 de abril de 2008, com a presença de diversos ativistas e organizações de educação, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação lançou o livro *Custo Aluno-Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil*. Com o apoio de ActionAid, Save the Children-Reino Unido e Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o livro foi produzido em coedição com a Editora Global. Fruto de um processo de cinco anos de discussões, negociações e estudos, o livro divulga a proposta de custo aluno-qualidade construída pela Campanha, com texto sistematizado por Denise Carreira e José Marcelino de Rezende Pinto.

2 O Brasil investe muito ou pouco em educação ?

“É do nascedouro da vida a grandeza (...).
É da vocação da vida a beleza,
e a nós cabe não diminuí-la, não roê-la
com nossos minúsculos gestos ratos,
nossos fatos apinhados de pequenezas,
cabe a nós enchê-la, cheio que é o seu princípio.”

(Elisa Lucinda, “Eu te amo e suas estreias”)

Esta é uma pergunta que sempre surge numa conversa: “Como o Brasil investe em educação?”. Para saber se um país gasta muito ou pouco em educação, em primeiro lugar, devemos considerar o tamanho do desafio que aquele país enfrenta para garantir o acesso e a qualidade da educação para seu povo. Se o desafio é gigante, é necessário investir muito mais recursos. Segundo diversas pesquisas e estatísticas educacionais, o tamanho do desafio brasileiro é enorme tanto em acesso (garantia de vagas) quanto em qualidade.

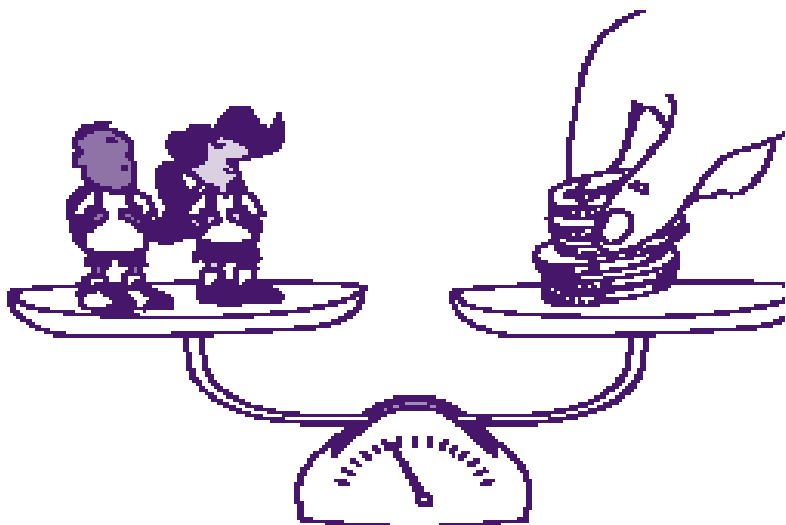
É verdade que, nos anos 1990, conseguimos levar mais crianças de 7 a 14 anos de idade para o chamado ensino fundamental obrigatório: quase universalizamos o atendimento, ou seja, quase garantimos o acesso a vagas para a totalidade das crianças dessa faixa etária.

Apesar desse passo importante, ainda temos milhões e milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos sem acesso à educação: seja na educação infantil (creche e pré-escola), no ensino fundamental (que recentemente passou a ter nove anos de duração), no ensino médio e no ensino superior. E ainda não garantimos o acesso para todos aqueles que necessitam de educação inclusiva (destinada a pessoas com deficiências), educação indígena, educação de jovens e adultos, educação do campo, educação profissional, entre outras. Sem falar naqueles e naquelas que entram na escola, mas não conseguem concluir a educação básica.

E, para além do acesso a vagas, temos o gigantesco desafio da qualidade. Em várias pesquisas nacionais e internacionais, o Brasil aparece como um país que não garante uma educação que permita o desenvolvimento das potencialidades de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Mais de 80% dos brasileiros apresentam dificuldades sérias de leitura, e cerca de 90% da população tem desempenho sofrível em matemática, sem falar em outros aspectos mais abrangentes da educação.

Essa situação revela que, a partir dos anos 1970, a ampliação do acesso à educação no Brasil ocorreu tendo como base um modelo de baixo gasto por aluno, o que levou à diminuição do salário real do professorado, à precariedade das condições de trabalho, ao aumento do número de alunos por turma, ao aprofundamento das desigualdades educacionais (de renda, regionais, raciais, etc.) e à baixa qualidade que predomina na maioria das escolas públicas.

E aí chegamos no ponto: qual deve ser um bom indicador para avaliar se um país gasta muito ou pouco em educação? Um dos melhores indicadores é o gasto por aluno-ano. De forma simplificada, podemos explicar que esse gasto é resultado da divisão do total de recursos investidos em educação pelo número de alunos e alunas.



A **tabela 1** permite a comparação do gasto por aluno-ano nos anos iniciais do ensino fundamental (o equivalente ao antigo primário) em alguns países. Os valores estão em US\$ PPP (paridade de poder aquisitivo, em dólares). Trata-se de uma medida internacional que permite comparações entre os países e que considera as diferenças de custo de vida entre eles e não apenas o câmbio comercial.

O último dado comparativo é de 2006 e aponta o Brasil com o valor de 1.005 dólares PPP para os anos iniciais do ensino fundamental. O gasto por aluno do Brasil foi bastante inferior ao da Colômbia, do México, da Argentina, da Costa Rica e do Chile.

Comparado aos países desenvolvidos, o Brasil investe por aluno cerca de um quinto (1/5) do valor investido por França, Portugal ou Espanha.

O Custo Aluno-Qualidade Inicial é um caminho para que possamos elevar esse gasto por aluno, fazendo com que o valor do Brasil fique entre o da Argentina e o do Chile, este último líder de investimento por aluno na América Latina entre os países pesquisados pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico).

TABELA 1.

GASTO POR ALUNO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, 2006	
PAÍS	GASTO POR ALUNO EM US\$ PPP)
Estados Unidos*	8.200
França	5.224
Portugal	4.908
Espanha	4.800
Chile	1.287
Costa Rica	1.623
Argentina	1.703
México	1.604
Colômbia	1.257
Brasil	1.005
Jamaica	547
Paraguai	518
El Salvador	478
Peru	446
Bolívia	435
Guatemala	390
Nicarágua	331

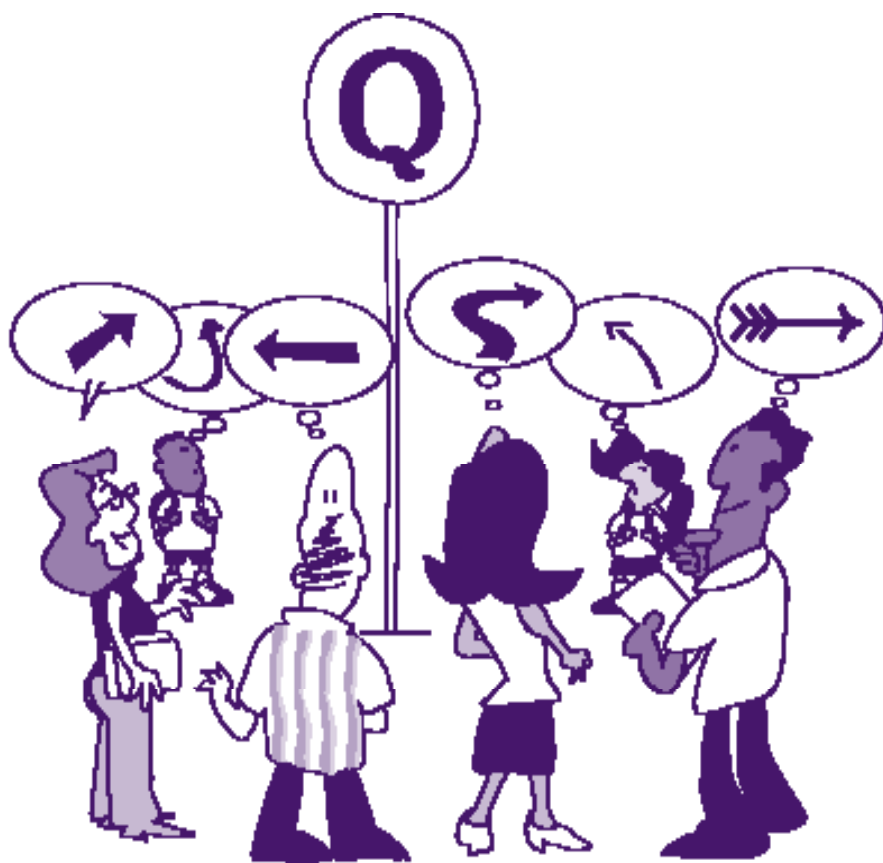
Fonte: Unesco, 2006.
* Valor referente a 2004.

3 Pontos cardeais: que qualidade almejamos ?

“A gente não quer
só dinheiro.
A gente quer dinheiro
e felicidade.
A gente não quer
só dinheiro.
A gente quer inteiro
e não pela metade...”

(Titãs, “Comida”)

Para construir uma **proposta de CAQ**, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação encarou a pergunta: afinal, que qualidade é essa que almejamos? Se a gente prestar atenção, nas ruas, nas escolas, nos governos, nos meios de comunicação, todo mundo diz que alcançar uma educação pública de qualidade deve ser uma prioridade do nosso país. Você já reparou nisso? Bem, olhando assim, parece que todo mundo pensa igual, mas existem visões bem diferentes sobre o que deva ser uma educação de qualidade, e há grandes divergências quando a questão são os caminhos para alcançá-la.



COMO FOI CONSTRUÍDA A PROPOSTA DO CAQi?

A partir de 2002, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação estabeleceu como uma de suas metas a construção do custo aluno-qualidade. Em resposta a esse desafio, realizou oficinas, seminários e encontros destinados a discutir o CAQ e a qualidade que deveria ser assumida como horizonte desse esforço. Esses eventos reuniram representantes de organizações, grupos, movimentos e pesquisadores, dialogando com os diferentes conhecimentos e saberes existentes nas organizações da sociedade civil, em governos e nas universidades.

Três pesquisas promovidas pela Campanha também trouxeram conteúdos fundamentais para essa definição: a *Consulta sobre qualidade nas escolas* (2002), realizada em dois Estados (Pernambuco e Rio Grande do Sul); a atividade de pesquisa educativa *Qualidade em educação*, promovida como parte da mobilização da Semana de Ação Mundial de 2003, que ouviu o que estudantes, pais, mães, educadores e educadoras de diversos Estados brasileiros consideravam ser uma boa escola; e a *Consulta sobre qualidade na educação infantil*, realizada entre 2005 e 2006 no Ceará, em Pernambuco, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.

SUGESTÃO DE ATIVIDADE COLETIVA

Em sua organização, escola ou grupo, você pode propor às pessoas (crianças, jovens e adultos) as seguintes atividades:

1. Peça para que cada pessoa escreva em poucas palavras, desenhe, faça uma música ou poesia ou se expresse da forma como quiser o que lhe vem à cabeça quando pensa na frase:

PARA MIM, EDUCAÇÃO DE QUALIDADE É...

2. Peça para que todos e todas apresentem ao restante do grupo seus desenhos, suas palavras, músicas, etc.

3. Discutam coletivamente o que surgiu de comum e de diferente nas apresentações.

4. Convide um ou dois participantes para apresentar alguns dados sobre a situação da qualidade da educação em seu município, Estado e/ou no Brasil (veja as tabelas desta publicação ou pesquise em outras fontes, como revistas, livros, internet, etc.).

5. Peça para que o grupo faça a conexão entre a realidade local e as informações do texto e registre em um quadro os principais pontos da discussão.

6. Agora, faça uma rodada de discussão sobre quais são os caminhos para alcançar a qualidade educacional que desejamos.

Depois de realizar vários encontros, seminários e pesquisas e dialogar com outros movimentos sociais e instituições acadêmicas, a Campanha assumiu alguns “pontos cardeais” sobre o que entende ser uma educação de qualidade. Para a Campanha, uma educação de qualidade é aquela que:

- leva as pessoas a serem sujeitos de direitos, de aprendizagem e de conhecimento. Isso significa dizer que queremos uma educação que fortaleça as pessoas para viver a vida em sua “inteireza”, para aprender umas com as outras, atuar pelos seus direitos, cumprir seus deveres, ter melhor qualidade de vida e lutar por uma sociedade mais justa e solidária. Uma educação que reconheça e dialogue com as necessidades do mercado do trabalho, mas que vá além delas;
- faz com que as pessoas valorizem a diversidade humana, superando preconceitos e discriminações (o machismo, o racismo, a discriminação contra gays e lésbicas, a discriminação contra pessoas com deficiências, etc.) que nascem da triste ideia de que certas pessoas valem mais que outras;
- permite a redescoberta do nosso vínculo com a natureza e nos estimula cuidar do planeta, questionando o consumismo e as ações gananciosas e predatórias da ação humana. Queremos uma educação que mude comportamentos no cotidiano e estimule as pessoas a pressionarem as autoridades por outro rumo das políticas públicas, visando à sustentabilidade ambiental;
- nos faz aprender e construir a democracia no dia a dia das casas, da escola, do trabalho, da praça, dos meios de comunicação, dos governos e em todos os lugares, apostando no fortalecimento das regras do jogo, no enfrentamento dos conflitos de forma não violenta e repudiando posturas e ações autoritárias;
- reconhece as desigualdades sociais presentes na própria educação, como as de renda, raça e etnia, gênero, região, de orientação sexual, de deficiência física e mental, etc. Esse quadro de desigualdades exige mudanças que vão além da educação. Para dar conta desse desafio, é necessário que se faça um “trançado bem forte” e que se articule um conjunto de ações vinculadas a várias políticas sociais e econômicas (direito ao trabalho, distribuição de renda, saúde, assistência social, etc.);
- considera as especificidades, as necessidades, as potencialidades e os desafios de uma localidade, de uma região, de um país. Assim, o que é bom na Região Sudeste nem sempre será bom na Região Norte do Brasil; o que é bom numa capital nem sempre será bom numa pequena cidade; o que é bom nos Esta-

dos Unidos nem sempre será bom no nosso país. Podemos e devemos aprender com as experiências dos outros, mas não devemos esquecer das nossas próprias especificidades;

- está vinculada ao direito de acesso à educação. Queremos mais vagas em escolas e creches e queremos também que elas tenham qualidade. Não devemos optar entre a qualidade e a quantidade de vagas, que são como os dois lados de uma mesma moeda, duas faces do direito humano à educação;
- se aprimora por meio da participação social e política. qualidade pra valer é aquela que exige participação e controle social. Portanto, precisa estar ligada a uma instituição ou organização (comitês, conselhos, etc.) e a processos participativos e democráticos que sejam independentes da vontade política do gestor ou da gestora em exercício. Participação e transparência nas informações são direitos do cidadão, não “bondade” do prefeito, do governador, do secretário, do ministro ou do presidente da república;
- envolve políticas consistentes de avaliação, que não podem se limitar à medição do desempenho dos alunos em testes padronizados, mas que devem considerar a opinião dos trabalhadores e dos usuários da educação, incorporando instrumentos de avaliação interna e externa das instituições escolares;
- exige investimentos financeiros de longo prazo. Em outras palavras, não adianta prometer financiamento sem investir dinheiro para a coisa acontecer! Se quisermos realmente avançar em nossa educação pública, precisamos de mais dinheiro e do aprimoramento das formas de gestão democrática e controle social para o melhor uso desses recursos.

PONTOS CARDEAIS DA QUALIDADE EDUCACIONAL

O QUE MAIS VOCÊ COLOCARIA NESTA LISTA ?



4 O que é necessário para alcançar essa qualidade ?

“Numa folha qualquer, eu desenho um sol amarelo.
E com cinco ou seis retas, é fácil fazer um castelo.
Corro o lápis em torno da mão e me dou uma luva.
E, se faço chover, com dois riscos, tenho um guarda-chuva.
Se um pinguinho de tinta cai num pedacinho azul do papel,
num instante imagino uma linda gaivota a voar no céu...”

(Toquinho, “Aquarela”)

Depois de muita conversa, a Campanha chegou ao que chamamos de “matriz” do Custo Aluno-Qualidade Inicial, um verdadeiro “quebra-cabeça” que combina aquilo que precisa ser considerado na construção da qualidade oferecida em cada uma das etapas e modalidades da educação básica com:

- os desafios referentes às desigualdades na educação;
- as dimensões fundamentais dos processos de ensino e aprendizagem;
- os insumos (que são os recursos humanos e materiais necessários).

Assim, afirmamos que a base para a construção do CAQi pela Campanha dialoga com o cruzamento dessas variáveis, ou seja, para construir uma educação de qualidade, devemos considerar esses três aspectos.

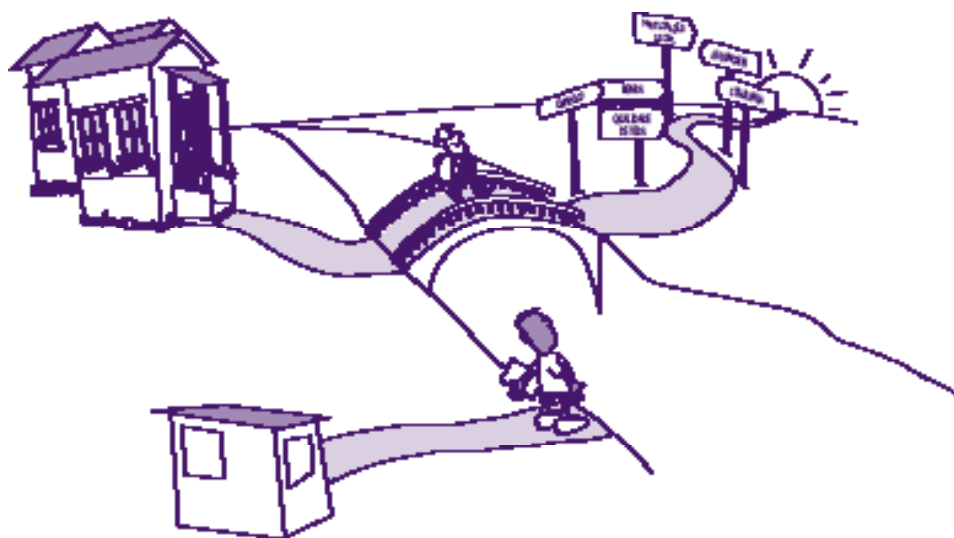
OS DESAFIOS REFERENTES ÀS DESIGUALDADES

Não dá para falar de educação de qualidade sem reconhecer que vivemos em um país muito desigual. Há desigualdade de renda (entre ricos e pobres), entre brancos, negros e indígenas, entre homens e mulheres, entre as regiões do nosso Brasil (Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte), entre campo e cidade, entre heterossexuais e gays e lésbicas, entre gente de diferentes idades (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos). Nossa, é tanta desigualdade! Mas existem caminhos para superá-las.

No CAQi, assumimos que todas essas desigualdades foram construídas ao longo da história da humanidade e do nosso país. No cotidiano, elas se traduzem em desigualdades de acesso a recursos, a oportunidades, a saberes e ao poder formal. Essas desigualdades também são marcadas por práticas cotidianas discriminatórias e por preconceitos que reafirmam que “determinadas pessoas são inferiores ou superiores a outras”.

RECORDANDO

As etapas da educação básica são: a educação infantil (que inclui creche e pré-escola), o ensino fundamental e o ensino médio. As modalidades são: educação especial (para pessoas com deficiências), educação profissional, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e educação a distância.



O QUE É UMA AÇÃO AFIRMATIVA?

A ação afirmativa ou discriminação positiva é uma forma que alguns países encontraram para enfrentar as desigualdades existentes em suas sociedades e garantir aos grupos discriminados mais condições de acesso ao poder, aos recursos, ao conhecimento e às oportunidades. É um conjunto de ações e políticas (desenvolvidas por governos, universidades, empresas, partidos, etc.) que duram o tempo necessário para a superação das desigualdades e da discriminação. Diversos países contam com ações afirmativas, entre eles, os Estados Unidos, a África do Sul, a Índia, a Argentina, a Malásia e vários países europeus. Um dos mecanismos de ação afirmativa mais conhecidos é o sistema de cotas. No Brasil, existem cotas nas eleições para candidaturas de mulheres, no mercado de trabalho para pessoas com deficiências físicas, nas universidades para negros e negras e pessoas que estudaram em escolas públicas, no acesso ao crédito por parte de agricultoras e agricultores familiares, etc.

A Campanha entende que as desigualdades devem ser reconhecidas e enfrentadas pelas políticas educacionais como um todo (superando a abordagem pontual por projetos ou programas isolados) e que as condições para isso devem estar traduzidas também na política de financiamento educacional. Nesse sentido, as políticas de **ação afirmativa** cumprem um papel fundamental ao prever mais investimento nas regiões mais pobres e para os segmentos mais discriminados da população.

Entretanto, é importante deixar claro mais uma vez: a educação sozinha não “faz verão”, ou seja, a superação real dessas desigualdades ultrapassa o poder das políticas educacionais e depende de um conjunto articulado de políticas que efetivamente interrompam o processo de reprodução dessas desigualdades, da qual a educação faz parte.

DIMENSÕES FUNDAMENTAIS DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Como vimos, para construir uma educação de qualidade, é importante reconhecer as desigualdades presentes na educação e na sociedade como um todo. Além disso, é necessário considerar o que chamamos de “dimensões do processo de aprendizagem”. Por dimensões, assumimos as questões comprometidas com a formação de pessoas para serem sujeitos de direitos e de vida plena. Destacamos aqui as dimensões do conhecimento, estética, ambiental e dos relacionamentos humanos:

- **Dimensão do conhecimento** – Entendendo a educação como um processo para garantir ao ser humano a apropriação do conhecimento historicamente construído pela humanidade, essa dimensão implica discutir a relevância dos conteúdos curriculares, sua relação com os processos produtivos e as relações entre teoria e prática na compreensão do conhecimento científico;
- **Dimensão estética** – A palavra “estética” vem do grego *aisthesis*, designando “faculdade de sentir”, “compreensão dos sentidos”, “percepção totalizante”. De forma bastante genérica, podemos dizer que a estética trata da relação do ser humano com a beleza e dos sentimentos gerados por ela. Em nosso texto, assumimos a dimensão estética do CAQi como aquela relacionada às condições do ambiente educativo que possibilitam prazer, criatividade e pertencimento, estando ligada à formação das educadoras e dos educadores para potencializar a capacidade criativa e apreciativa dos estudantes;

- **Dimensão ambiental** – Envolve as condições necessárias para que estudantes, educadores e comunidade escolar possam sentir a escola como um espaço que promova relações de respeito por si e pelos outros e de pertencimento à natureza. Sabemos, hoje, que a dimensão ambiental do processo educativo deve extrapolar as tradicionais comemorações do Dia da Árvore e de outras datas relacionadas a essa questão, perpassando o currículo e o conjunto do projeto político pedagógico da escola e do próprio ambiente educativo;
- **Dimensão dos relacionamentos humanos** – Trata da promoção de vínculos, de interação e de reconhecimento e respeito à diversidade humana e da construção de uma educação antirracista, antissexista e contra qualquer tipo de discriminação. Essa dimensão também se relaciona ao fortalecimento da gestão democrática, vinculado ao desenvolvimento das instâncias e dos processos participativos do conjunto da comunidade escolar (estudantes, educadores, pais, mães, parentes e demais integrantes da comunidade).

Os INSUMOS

Assim, é preciso reconhecer as desigualdades, considerando as dimensões da aprendizagem e a qualidade que almejamos.

Com tudo isso em mente, se a gente fosse imaginar uma creche ou escola com condições adequadas de aprendizagem, o que ela precisaria ter? O que você colocaria nessa “cesta da qualidade”?

Os ingredientes dessa cesta são chamados de insumos. Então, quais os insumos necessários para que a gente alcance uma educação de melhor qualidade? Para responder a essa pergunta, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação levou em consideração também o que as leis sobre educação já preveem como insumos necessários para o bom funcionamento de uma unidade escolar.²

Os insumos podem ser organizados em quatro grandes tipos:

1. **Insumos relacionados à estrutura e ao funcionamento** – Tratam de tudo o que se refere à construção e à manutenção dos prédios e da existência de instalações adequadas, de laboratório, biblioteca e parquinho, de materiais básicos de conservação e de equipamentos de apoio aos processos educativos.

² Para quem quiser conhecer os detalhes desse assunto, sugerimos a leitura da LDB, especialmente do artigo 4, inciso IX.

Sabemos que muitas creches e escolas não são espaços apropriados para estudar, brincar ou trabalhar e que várias delas se transformaram em verdadeiras “caixas de cimento”, nas quais as pessoas ficam trancafiadas atrás de portões fechados com cadeados. Sem falar daquelas que são cheias de grades e em que a acústica é terrível (as pessoas mal conseguem se ouvir).



Nos encontros realizados pela Campanha, ficou evidente a necessidade da adoção de um padrão arquitetônico dos prédios que contribua para que as creches e as escolas sejam locais acolhedores, prazerosos e agradáveis para brincar, aprender, ensinar e trabalhar. Um espaço que convide a nele permanecer e que propicie condições adequadas para as atividades didático-pedagógicas.

Para que isso ocorra, é importante também que os profissionais das escolas sejam ouvidos por ocasião da construção, das reformas dos prédios escolares e quando da aquisição de equipamentos e recursos didáticos. É comum gastar fortunas na construção e na reforma de prédios escolares sem a garantia de sua funcionalidade.

É fundamental, por exemplo, que os profissionais de educação tenham um local de trabalho e de convivência, que o pátio tenha acesso ao sol, que haja a presença da natureza (árvores, flores, horta, etc.), que o parquinho tenha brinquedos adequados para a faixa etária e com a devida manutenção, entre outras preocupações primordiais.

QUEM SÃO OS E AS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO?

São aqueles e aquelas que trabalham na escola e nos órgãos de administração educacional. Os(As) profissionais que atuam diretamente na escola abarcam os(as) profissionais do magistério – professores(as), diretores(as), coordenadores(as) pedagógicos(as), supervisores(as), etc. – e os(as) funcionários(as) ou agentes escolares que garantem o apoio ao trabalho pedagógico (equipe de limpeza, alimentação, secretaria, manutenção, zeladoria, técnicos(as) de laboratório, bibliotecários(as), etc.).

- 2. Insumos relacionados aos trabalhadores e às trabalhadoras em educação** – Abrangem as condições de trabalho, os salários, o plano de carreira, a jornada de trabalho e as condições para a formação inicial e continuada dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação.

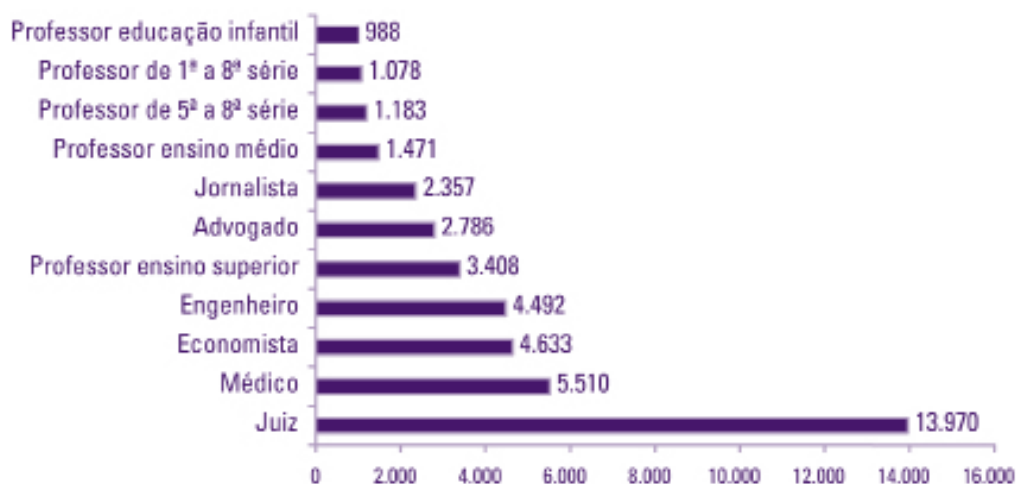
Entre os problemas mais comuns, temos: a falta e a rotatividade de professores; a fragmentação das políticas de formação; o limitado reconhecimento dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação para além do professorado (vigias, serventes, merendeiras, etc.); salários baixos e péssimas condições de vida; indefinições em relação à carreira e ao exercício profissional; número de estudantes por professor muito elevado e incompatível com os processos de

aprendizagem. Para se ter uma ideia, segundo o Observatório da Educação da ONG Ação Educativa, com base em dados divulgados pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em outubro de 2010, 47% de todos os professores da rede estadual de São Paulo não são efetivos. Esses profissionais não possuem direito a uma carreira docente, como seus colegas concursados, recebem os menores salários e não possuem nenhuma garantia de permanência na atividade docente.

A seguir, os **gráficos 1 e 2** demonstram a precária situação salarial do professorado. O gráfico 1 estabelece a comparação com outras profissões para um mesmo nível de formação e deixa explícita a desvalorização social da profissão docente. Em particular, para os professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, a remuneração é bem pior, visto que, em sua maioria, são formados em nível médio. Segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) 2008, a remuneração média nesses casos era de R\$ 572 e R\$ 743, respectivamente, em 2008. O gráfico 2 mostra a situação salarial dos professores e das professoras de redes estaduais de ensino em diferentes localidades brasileiras e revela a acentuada desigualdade regional existente no País, além dos baixos salários em várias regiões. Os valores relativamente elevados para alguns Estados do Nordeste (como o Maranhão) se explicam em função do pequeno atendimento oferecido pela rede estadual em virtude do elevado grau de municipalização da educação básica. Nesses mesmos Estados, os valores pagos pelas respectivas redes municipais tendem a ser muito baixos e seus dados são de difícil obtenção.

GRÁFICO 1.

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE PROFISSIONAIS COM FORMAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR, 2008 (EM R\$)



Elaborado por Thiago Alves a partir de dados da Pnad 2008.

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE: QUANTO CUSTA ESSE DIREITO?

GRÁFICO 2.

REMUNERAÇÃO NO INÍCIO DA CARREIRA (SALÁRIO MAIS GRATIFICAÇÃO) PARA PROFISSIONAIS COM NÍVEL SUPERIOR E LICENCIATURA PLENA (40 HORAS) NAS REDES ESTADUAIS, 2009



Observações:

Salário: valor que consta na tabela de vencimentos dos professores.

Remuneração: valor do salário, acrescido de possíveis gratificações que o professor receba.

Para o Distrito Federal, não foram consideradas as gratificações pessoais.

Fonte: Entidades filiadas à CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

3. **Insumos relacionados à gestão democrática** – São requisitos essenciais para que a educação seja viabilizada com qualidade. Entre os fatores mais importantes, destacam-se:

- o estímulo à participação da comunidade escolar, que inclui o trabalho em equipe, a construção conjunta do **projeto político-pedagógico** e a democratização da gestão da escola e dos sistemas de ensino. Isso exige o fortalecimento dos conselhos de escola, do grêmio e dos conselhos de educação e a garantia efetiva de participação de pais e mães, alunos e profissionais;

O QUE É O

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA?

É um documento que cada comunidade escolar deve elaborar, definindo as prioridades e os rumos que cada escola ou creche deve perseguir para oferecer uma educação de melhor qualidade para crianças, adolescentes, jovens e adultos. Para sua construção, devem ser considerados: a avaliação da comunidade escolar sobre o atendimento educacional, as experiências existentes, os sonhos e as expectativas da população, a legislação educacional e a cultura local. O projeto político-pedagógico não deve ser elaborado somente por um grupo de especialistas, mas deve nascer de um processo participativo que mobilize toda a comunidade escolar (educadores e educadoras, familiares, estudantes, integrantes da comunidade, etc.) para discutir seus problemas e os caminhos de superação. Algumas soluções para a melhoria da qualidade educacional dependerão das políticas públicas (exigindo que a comunidade exerça pressão sobre os governos), mas outras poderão ser encontradas na própria comunidade escolar.



UMA PROPOSTA DE INDICADORES DE QUALIDADE

Se você se interessa por esse tema e quer abrir uma discussão sobre a qualidade da sua escola ou creche, um bom ponto de partida pode ser o material elaborado pela ONG Ação Educativa para o Ministério da Educação, chamado *Indicadores de qualidade na educação*. Na forma de um manual, os indicadores permitem que os participantes da comunidade avaliem a escola, identificando seus pontos fortes e fracos. Um conjunto de perguntas e respostas revela o que vai bem, o que vai mal ou o que merece cuidado e atenção. As opiniões são traduzidas em cores, que pintam de verde, vermelho ou amarelo um quadro que se torna o diagnóstico da qualidade da escola. Feita a avaliação, os participantes discutem e decidem as prioridades de ação que possam levar à melhoria da qualidade da escola, de acordo com suas próprias necessidades e desejos.

Saiba mais em <http://www.acaoeducativa.org.br/indicadores>.

- a discussão com a comunidade sobre os **indicadores de qualidade** aproximaria ainda mais a escola da realidade de seus alunos, dos pais e daqueles que vivem no entorno. Abrir os espaços das escolas nos fins de semana, de forma organizada e articulada ao projeto pedagógico, tem sido apontada como uma importante alternativa para aproximar ainda mais a comunidade;
- o fomento às práticas participativas de avaliação, incluindo a avaliação conjunta da escola pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras em educação, pelos estudantes, pelas famílias e pela comunidade. As avaliações devem considerar a análise do funcionamento das redes públicas, das secretarias e do ministério da educação.

4. **Insumos relacionados ao acesso e à permanência** – aqueles que devem ser assegurados pelo poder público para garantir as condições de permanência de crianças e estudantes na creche ou na escola. Entre eles, o material didático, o transporte escolar, a merenda ou o vestuário, no caso das redes públicas que exigem o uniforme ou a farda.

Nesse ponto, é fundamental ressaltar a importância da articulação da política educacional com outras políticas sociais (como saúde, assistência social e desenvolvimento agrário), visando à criação e à manutenção de condições para que crianças, jovens e adultos não só entrem na escola, mas consigam permanecer nela até a conclusão de seus estudos. Para isso, é importante considerar a necessidade de programas de renda mínima, como o Programa Bolsa Família.

Nesse sentido, pode-se, por exemplo, garantir a realização de exames oftalmológicos e o acesso a óculos, o apoio a famílias que vivem em situação de desemprego ou de violência doméstica, o acompanhamento mais próximo de crianças com dificuldades de aprendizagem ou questões de indisciplina, visando compreender de forma mais abrangente sua situação.

Além disso, a chamada escolar (ou “**minicenso**”) e o censo anual da população na faixa de escolaridade obrigatória são instrumentos fundamentais para assegurar o acesso e a permanência, pois permitem a identificação e a localização das crianças que estão fora da escola e, com base nessas informações, a elaboração de estratégias para trazê-las de volta ao ambiente escolar.

As condições para a ampliação da jornada escolar visando ao período integral nas escolas também devem ser garantidas por meio de uma política de financiamento que fomente a jornada única do professorado (para que professores e professoras possam se fixar em uma unidade escolar, sem ter de “pular” de escola em escola).



SÓ ESSES INSUMOS BASTAM?

Bom, gente, o consenso que se estabeleceu na Campanha Nacional pelo Direito à Educação é de que a qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem se relaciona à qualidade dos insumos utilizados.

Em outras palavras, a ideia central é de que a garantia de insumos representa uma condição necessária – embora muitas vezes não seja suficiente – para a qualidade do ensino. Sabemos que a definição de qualidade não deve passar apenas pelos insumos. De outro lado, se a escola conta com uma boa infraestrutura, com equipamentos adequados e condições de trabalho satisfatórias, fica mais fácil atrair e manter bons profissionais. E todos sabemos que bons profissionais na direção da escola, na sala de aula e no apoio pedagógico, por exemplo, são essenciais para a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem.

De um sistema que gasta muito pouco por aluno, é quase natural esperar que as crianças aprendam pouco. De outro modo, se uma escola é bem dotada de insumos, o poder público e a sociedade têm todas as condições, e o dever, de cobrar resultados dos profissionais que ali trabalham.

O QUE É UM MINICENSO?

É um processo de entrevistas com a comunidade que permite o diagnóstico da situação escolar e o levantamento das expectativas educacionais da população, contribuindo para o aprimoramento da avaliação das políticas educacionais de determinado município ou localidade. O minicenso também é um instrumento fundamental para a construção, a revisão ou a avaliação das metas dos planos municipais e estaduais de educação. Se não for possível fazer o minicenso com toda a população local, ele pode ser desenvolvido por meio de uma amostra que represente a diversidade existente na comunidade.



CESTA DE INSUMOS

Vamos conversar sobre esses insumos. Levando em conta a realidade das creches e das escolas que você conhece, o que seria possível colocar a mais nessa cesta? Avalie a situação da sua escola em relação a cada tipo de insumo:

1. estrutura e funcionamento;
2. situação dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação;
3. gestão democrática;
4. acesso e permanência.

5 Um passo rumo à qualidade: o Custo Aluno-Qualidade Inicial

“Eu fico com a pureza da resposta das crianças.
É a vida, é bonita e é bonita.
Viver, e não ter a vergonha de ser feliz.
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser um eterno aprendiz (...).
Somos nós que fazemos a vida como der ou puder ou quiser.”

(Gonzaguinha, “O que é, o que é”)

Para dar um primeiro passo, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação optou politicamente por definir os valores do que seria o CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial). Esse não é o valor que garantirá a qualidade sonhada para as nossas creches e escolas públicas. O CAQi define o valor que possibilita alcançarmos os padrões mínimos e básicos previstos na legislação educacional brasileira.

Por que a Campanha Nacional fez essa opção em vez de calcular o “CAQ dos sonhos”? Porque entendeu que, se fizesse isso, chegaria a um valor tão alto que seria considerado totalmente “inviável” pelas autoridades públicas. Por isso, a Campanha se concentrou no cálculo do valor que permitiria cumprimos o “arroz com feijão” previsto na legislação. Considerando nossa realidade educacional, se o CAQi for cumprido, haverá uma grande mudança que exigirá o aumento significativo dos recursos investidos atualmente nas creches e nas escolas brasileiras.

Agora, vamos falar sobre alguns pressupostos que a Campanha levou em consideração para calcular o Custo Aluno-Qualidade Inicial:

- O valor do CAQi não pode e não deve ser algo parado no tempo. Ou seja, é um valor que deve ser revisto de tempos em

tempos e que deve crescer à medida que melhora a qualidade da educação pública oferecida e à medida que a população se torna mais exigente em relação à qualidade;

- Como já foi dito, o valor do CAQi estabelece um patamar mínimo de qualidade de educação (abaixo dele, nenhuma creche ou escola pública deve ficar). Ele representa aqueles insumos que devem ser assegurados em todas as creches e escolas do país. Isso não quer dizer que os Estados e municípios brasileiros que garantem esse valor mínimo já estão bem! Aqueles que já garantem o mínimo nacional precisam investir valores superiores e calcular o seu CAQi do Estado ou do município para enfrentar os desafios educacionais de seus sistemas de ensino;
- O valor do CAQi é calculado a partir daqueles insumos indispensáveis ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem;
- O valor do CAQi deve ser diferenciado em função das várias etapas e modalidades de ensino. Isso quer dizer que o CAQi da creche é diferente do CAQi do ensino médio, ou seja, que cada etapa da educação (infantil, fundamental e ensino médio) e cada modalidade (especial/inclusiva, indígena, do campo, profissional, de jovens e adultos) deve apresentar um valor de Custo Aluno-Qualidade Inicial;
- O CAQi deve assegurar um salário digno e uma perspectiva de carreira aos profissionais do magistério e aos demais profissionais da educação;
- O CAQi deve considerar o que o PNE (Plano Nacional de Educação), lei de 2001, define como parâmetros de infraestrutura e de formação docente;
- O CAQi deve reconhecer e contribuir para o enfrentamento das desigualdades existentes na educação brasileira (de renda, regionais, raciais, entre sexos, decorrentes de deficiência ou de orientação sexual, etc.). Para isso, explicaremos mais adiante nossa ideia de *CAQis específicos* e de *CAQis adicionais*, destinados a aumentar o valor do CAQi em territórios e/ou regiões desfavorecidas ou junto a grupos discriminados.

O QUE MAIS IMPACTA O VALOR DO



CAQi?

Na hora de calcular o Custo Aluno-Qualidade Inicial, são quatro os fatores que mais geram impactos no valor do CAQi e que estão diretamente ligados à melhoria da qualidade da educação:

- 1. O tamanho da creche ou da escola.** É fato que escolas e creches muito grandes geralmente são mais baratas para o poder público, porque nelas cabem muitos estudantes e muitas crianças. Mas, muitas vezes, apresentam problemas de gestão, indisciplina e não garantem um tratamento às especificidades dos alunos. Para desenvolver o cálculo do CAQi, a Campanha optou por um tamanho médio que se aproximasse da maioria das unidades existentes no País, evitando escolas e creches muito grandes. Além disso, podem ser elaborados CAQis para diferentes padrões de tamanho, considerando as especificidades regionais e locais.
- 2. A jornada dos alunos e das crianças.** A Campanha defende que o Brasil garanta educação em período integral para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos na educação básica, ou seja, de manhã e à tarde. Mas, para calcular esse primeiro passo que é o CAQi, a Campanha optou pelo período integral (de 10 horas) somente para creches, destinadas a crianças de 0 a 3 anos de idade, pois, para essa faixa etária, o atendimento já ocorre majoritariamente em tempo integral no País. Para as outras etapas e modalidades, a Campanha propôs um CAQi que permita a expansão da jornada escolar para 5 horas. Pode-se dizer que, em muitas escolas, em especial para as turmas do noturno, nem o mínimo legal de 4 horas por dia é assegurado.
- 3. Número de alunos(as) ou crianças por turma.** Para superar o quadro atual da educação no Brasil, marcado pelo número excessivo de crianças e alunos por turma, a Campanha fixou um número-limite de crianças e alunos para as diferentes etapas da educação básica. Esses números têm como referência inicial a relação prevista no projeto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (o chamado “substitutivo de Jorge Hage”) e no documento Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil, produzido pelo Ministério da Educação em 1998. São eles:
 - educação infantil: creche (até 13 crianças) e pré-escola (até 20 alunos);
 - ensino fundamental: séries iniciais (até 24 alunos) e anos finais (até 30 alunos);
 - ensino médio: até 30 alunos.
 - ensino fundamental do campo: anos iniciais (até 14 alunos) e anos finais (até 25 alunos).

4. **Os salários dos profissionais da educação** constituem o insumo de maior impacto sobre o CAQi, representando quase 80% do valor do CAQi. A Campanha assumiu como ponto de partida o Acordo Nacional de Valorização do Magistério da Educação Básica, assinado em 1994, no governo Itamar Franco, que fixava R\$ 300 por mês por uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, tendo como referência 1/7/1994. Dessas 40 horas, consideramos 26 horas em atividades com os alunos e 14 para atividades extraclasse, nos termos da Lei do **Piso Salarial Nacional**.



Para atualizar os valores para 2009, tomamos como referência a média na variação de dois índices entre 1/7/1994 e 1/7/2009: o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE e o ICV (Índice de Custo de Vida) do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Chegou-se, assim, ao valor de R\$ 1.350 para profissionais formados em nível médio e com jornada de 40 horas semanais. Para os profissionais com ensino superior, previu-se um acréscimo de 50% (R\$ 2.025). E, para aqueles com formação apenas no ensino fundamental, definiu-se que teriam um piso de 70% do valor dos profissionais de ensino médio (R\$ 945). Esses valores estão acima do previsto na lei n. 11.738. A lei só vale para professores, diretores e coordenadores pedagógicos, deixando de lado os outros profissionais da educação.

³ Ao longo de 2008, a Campanha foi articuladora da ação *Amicus Curiae* em defesa do Piso Nacional Salarial Profissional (PNSP) para os Profissionais do Magistério. A *Amicus Curiae* busca impedir que mudanças propostas por quatro governadores de estados brasileiros descaracterizem a lei aprovada pelo Congresso. Por decisão do Comitê Diretivo, a Campanha permanecerá acompanhando a proposta e pressionando o STF (Supremo Tribunal Federal) por uma decisão definitiva.

O QUE É O PISO NACIONAL SALARIAL?³

Resultado da luta histórica do movimento dos profissionais de educação, o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério foi criado em julho de 2008 por meio da Lei Federal n. 11.738. A lei estabelece um piso abaixo do qual não poderá ficar o salário de nenhum professor que atua nas redes públicas do país. Em 2010, o valor do piso estabelecido por lei foi de R\$ 1.024,67 para profissionais com formação em nível de ensino médio e jornada máxima de 40 horas semanais. No entanto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) argumenta que o valor deveria ter sido de R\$ 1.312,85.

O governo federal é obrigado a complementar os recursos das redes municipais e estaduais que não tenham recursos para cumpri-lo. A lei também torna obrigatória a dedicação de, no mínimo, um terço da carga horária de trabalho do professorado a atividades extraclasse, como preparação das aulas, formação e aprimoramento profissional. A implementação da lei gera polêmicas, ações na justiça e resistência de governos municipais e estaduais, que afirmam que o cumprimento da determinação de um terço para atividades extraclasse exigiria a contratação de mais professores. O STF (Supremo Tribunal Federal), em decisão liminar, considerou que o piso respeita a Constituição. Mas, apoiando a reivindicação de governos estaduais, suspendeu o cumprimento de um terço da carga horária fora da sala de aula. Fazer a lei virar realidade é um passo fundamental para a melhoria da qualidade da educação brasileira!

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE: QUANTO CUSTA ESSE DIREITO?

Em relação à progressão na carreira, estabeleceu-se que o salário final de carreira deve ser até duas vezes maior que o salário inicial (**Tabela 2**). Optou-se ainda por fixar adicionais de 30% para funções de direção de escola, de 20% para coordenação pedagógica e de 30% sobre o salário-base para os professores que atuam na educação do campo, tendo em vista as dificuldades de acesso e o longo tempo gasto no percurso.

A Campanha entende que também devem ser estudados outros adicionais para escolas situadas na periferia, em regiões de difícil acesso ou que apresentam um quadro de exclusão acentuada ou violência armada, estimulando a permanência dos profissionais de educação nessas unidades.

PLANO REFERENCIAL DE CARGOS E SALÁRIOS

CARGO OU FUNÇÃO	JORNADA DE TRABALHO SEMANAL (em horas)	SALÁRIO (em R\$)		
		Inicial	Médio	Final
Professor de nível médio (normal)				
	30	1.013	1.519	2.025
	40	1.350	2.025	2.700
Adicional rural (+ 30%)	30	975	1.463	1.950
	40	1.755	2.633	3.510
Professor de nível superior				
	30	1.519	2.278	3.038
	40	2.025	3.038	4.050
Adicional rural (+ 30%)	30	1.974	2.962	3.949
	40	2.633	3.949	5.265
Coordenação (+ 20%)	40	2.430	3.645	4.860
Direção (+ 30%)	40	2.633	3.949	5.265
Técnico com formação em nível médio	40	1.350	2.025	2.700
Trabalhador com formação em nível fundamental	40	945	1.418	1.890
Bibliotecário (nível superior)	40	2.025	3.038	4.050
Auxiliar de biblioteconomia (nível médio)	40	1.350	2.025	2.700

Obs.: Os valores dos salários estão atualizados para 1/7/2009.

O CAQi TAMBÉM CONSIDERA OS CUSTOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA OU CRECHE?

Para calcular o CAQi, a Campanha optou por diferenciar os chamados custos de implantação (aquisição de terreno, construção do prédio, compra inicial de equipamentos e materiais permanentes) dos custos de manutenção (salários, materiais de consumo, reposição de materiais, projetos, etc.). O custo de implantação acontece de uma só vez, e os custos de manutenção e atualização acontecem ano após ano, enquanto a escola ou a creche estiver em funcionamento.

Para efeito didático, decidiu-se considerar que os custos de construção de novas escolas e creches com condições de oferta de um ensino de qualidade, assim como as reformas das unidades existentes para alcançar esse padrão, corresponderiam ao “ano zero” do CAQi. Isso porque tão ou mais caro que construir uma escola é manter o seu funcionamento e conservá-la com qualidade. Por exemplo, a implantação de uma escola de ensino médio que atenda 900 alunos custa cerca de R\$ 3 milhões (prédio e equipamentos). Para manter essa mesma escola, no padrão do CAQi, gasta-se cerca de R\$ 2,1 milhões por ano. Isso mostra que a despesa de maior impacto no orçamento não é a construção de uma escola, que é feita apenas uma vez, mas sua conservação e sua atualização ano após ano.

Os valores de custo do metro quadrado de construção das creches e escolas no CAQi estão baseados em parâmetros definidos pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Os valores de equipamentos e materiais permanentes tiveram por base os valores de mercado e foram efetuados por Andréa Barbosa Gouveia, professora da UFPR (Universidade Federal do Paraná).

Agora, faremos um importante exercício de detalhar os insumos de que uma escola ou creche precisa para garantir a melhoria efetiva da qualidade educacional.

6 Cesta de insumos: o que uma escola de qualidade precisa ter?

“Cesta básica
com tudo o que você precisa ter
e só o que você precisa ter.”

(Guerrilha Way, “Cesta básica 2”)

Faremos uma brincadeira muito séria: considerando tudo o que foi colocado até agora, na sua opinião ou na opinião de seu grupo, o que uma escola ou creche precisa ter em termos de equipamentos, profissionais de educação, materiais didáticos, salas, etc.?

Proponha uma “chuva de ideias” e escreva a proposta em um papel colado na parede ou disposto no chão. Você também pode incrementar a brincadeira em seu grupo jogando uma bola em uma roda de pessoas e pedindo para que quem pegar a bola fale de uma condição necessária para a qualidade na escola (brinque e invente à vontade para provocar o grupo a discutir o tema com base na sua própria realidade ou nos seus sonhos). Outra ideia é pedir para que as pessoas desenhem ou façam uma rápida dramatização do que elas entendem ser as condições fundamentais para a qualidade na escola. Registre todas as ideias em um cartaz e cole-o na parede para que fique visível a todas as pessoas.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação fez o mesmo exercício e também ouviu vários pesquisadores e pesquisadoras que estudam o financiamento educacional. O primeiro passo foi o levantamento dos custos de implantação da creche ou da escola, ou seja, o que deve ser levado em conta na construção do prédio e na compra de equipamentos:
custos de manut
itens fundamenta

CUSTOS	
	R\$
PRÉDIO	150.000,00
EQUIPAMENTOS	30.000,00
MANUTENÇÃO	28.000,00

Para exemplifica
manutenção do 1
anos iniciais). Nc
tabelas referente
educação infantil
finais) e do ensin

⁴ Na sua versão original, o CAQi dos anos iniciais tinha como referência uma escola de 1ª a 4ª série. agora, com a mudança na legislação, que ampliou o ensino fundamental para nove anos (iniciando aos 6 anos de idade), passou-se a considerar os anos iniciais do 1º ao 5º ano.



CAQi DO ENSINO FUNDAMENTAL: ANOS INICIAIS

Agora vamos brincar de montar uma escola. Vamos imaginar uma escola “típica” para os anos iniciais do ensino fundamental (1º a 5º ano), com 480 alunos, 20 salas com no máximo 24 alunos⁵ (para que as turmas não fiquem lotadas), e 20 professores, considerando 50% deles com nível superior, trabalhando 40 horas semanais.

Dessas 40 horas, 26 seriam para atividades em sala de aula e as outras 14 horas, para planejamento e preparação de aulas, correção de trabalhos, visita às famílias, atendimento de alunos, etc. A escola ainda contaria com um(a) diretor(a), um(a) coordenador(a) pedagógico(a), um(a) secretário(a), funcionários(as) para a manutenção e a limpeza, um(a) auxiliar de biblioteconomia (para cuidar da biblioteca) e três funcionários(as) no setor de alimentação.

CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO

As **tabelas 3 e 4** apresentam os custos de implantação dessa escola. O prédio teria uma área total construída de 1.470 m² e um custo estimado de R\$ 1,5 milhão. Nele, estão previstas uma pequena quadra coberta (de 400 m²), uma biblioteca, um laboratório de ciências e um laboratório de informática. O custo dos equipamentos e do material permanente para essa escola seria estimado em R\$ 369.120,00.

TABELA 3.

ESTRUTURA DO PRÉDIO DE UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)

DESCRIÇÃO DO PRÉDIO	Quantidade	M ²
Sala de aula	10	35
Sala de direção/equipe	2	20
Sala de professores	1	25
Sala de leitura/biblioteca	1	60
Refeitório/auditório	1	50
Cozinha/dispensa	1	50
Quadra coberta	1	400
Laboratório de informática	1	35
Laboratório de ciências	1	35
Parque infantil	1	20
Banheiro de funcionários/professores	2	8
Banheiro	4	20
Sala de depósito	3	15
Sala de tevê/DVD	1	35
Sala de fotocópia	1	15
Espaço de circulação	214	214
Total (m ²)	1.470	
Total (R\$)	1.475.807	

⁵ Na versão original, usou-se uma razão de 25 alunos por turma em média, mas, com a inclusão das crianças de 6 anos, optamos por reduzir essa razão para 24 alunos por turma.

TABELA 4.**EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE DE UMA ESCOLA DE ENSINO****FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)**

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	Quantidade
Esportes e brincadeiras	
Educação física e esportes	24
Brinquedos para parquinho	1
Cozinha	
Freezer de 305 litros	1
Geladeira de 270 litros	1
Fogão industrial	1
Liquidificador industrial	1
Botijão de gás	2
Espremedor de frutas industrial	1
Coleções e materiais bibliográficos	
Enciclopédias	1
Dicionário completo de língua portuguesa	2
Outros dicionários	24
Literatura infantil	4.800
Literatura infanto-juvenil	2.400
Livros paradidáticos	480
Apoio pedagógico	200
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	
Retroprojektor	1
Tela para projeção	1
Televisor de 20 polegadas	10
Suporte para tevê/DVD	10
Aparelho de DVD	10
Câmera vídeo/fotográfica	1
Aparelho com CD e rádio	10
Processamento de dados	
Computador para sala de informática	25
Computador para administração/docentes	6
Impressora a jato de tinta	1
Impressora a laser	1
Fotocopiadora	1
Guilhotina de papel	1
Aparelhos para laboratório	
Kit Ciências (para 30 alunos)	5
Aparelhos em geral	
Bebedouro elétrico	2
Circulador de ar de parede	10
Máquina de lavar	1
Telefone	1
Lixeira	14

(cont.)

O QUE É O PIB PER CAPITA?

Podemos comparar o investimento em educação verificando quanto o gasto por aluno representa do PIB (Produto Interno Bruto) por habitante de cada país. Ao usar esse critério, estamos avaliando o esforço que cada país dedica à educação de cada um de seus estudantes. Ao fazer essa comparação para os países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), verificamos que eles gastaram, em média, 20% do PIB/habitante com cada estudante dos anos iniciais do ensino fundamental (dados de 2004). Segundo o Inep, os dados do Brasil apresentaram uma grande variação no período: enquanto, em 2000, o gasto estimado para os anos iniciais do ensino fundamental era de apenas 11,5% do PIB/habitante, 2008 aponta para um gasto equivalente a 17,4% do PIB/habitante. Trata-se de um salto espantoso. Temos fortes razões para duvidar desse valor de 2008. Basta dizer que, no mesmo ano, o valor disponibilizado pelo Fundeb para Minas Gerais foi de apenas 9,3% do PIB/habitante; em São Paulo, o Estado mais rico da Federação, o valor por aluno do Fundeb correspondeu a 13,5% do PIB/habitante para os anos iniciais do ensino fundamental. Esse fato indica que os países ricos não abrem mão de um grande esforço educacional, pois sabem que eles só são ricos porque priorizam a educação.

TABELA 4. (cont.)

Mobiliário em geral

Carteira	240
Cadeira	264
Escrivaninha com cadeira	15
Arquivo de aço com 4 gavetas	10
Armário de madeira com 2 portas	10
Mesa de leitura com 4 cadeiras	7
Mesa de reunião para a sala de professores	1
Armário com 2 portas para secretaria	1
Mesas para refeitório com 6 cadeiras	20
Mesa para computador com cadeira	31
Mesa para impressora	3
Estantes para biblioteca	25
Quadro para sala de aula	10
Quadro para mural	10
Custo total estimado (R\$)	R\$ 369.480,00

CUSTOS DE MANUTENÇÃO E PEQUENOS INVESTIMENTOS (CAQi DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL)

A **tabela 5** revela que o custo por aluno obtido para essa escola foi de R\$ 2.082. Considerando os custos com alimentação, o total chega a R\$ 2.221 (tudo isso em valores atualizados para 2009).

Comparando ao valor mínimo nacional investido atualmente pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação), que era de R\$ 1.221 em 2009, constatamos que seria necessário ampliar em 71% esse valor mínimo para que o Custo Aluno-Qualidade Inicial fosse cumprido em todo o País no que se refere aos anos iniciais do ensino fundamental. Em relação à educação infantil e ao ensino rural, a situação é muito mais dramática.

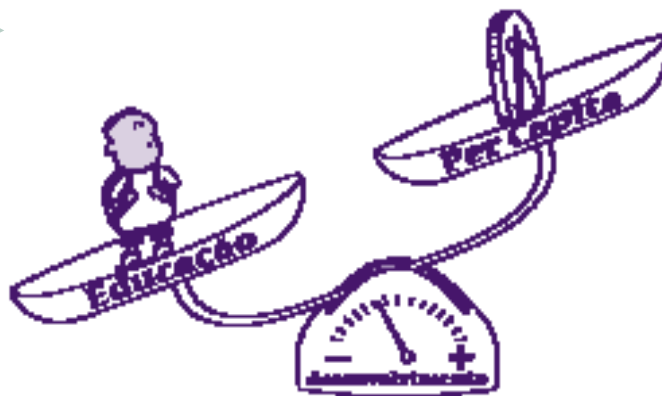


TABELA 5.**CAQi DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (2009)**

INSUMOS	Quantidade	Custo unitário (em R\$)	Custo total/ano (em R\$)	Custo aluno/ano (em R\$)	% do total
Custos no âmbito da escola					
Pessoal (professor)					
Professor c/ ensino médio (40 h)	10	1.350	179.955	375	16,9%
Professor c/ ensino superior (40 h)	10	2.025	269.933	562	25,3%
Subtotal			449.888	937	42,2%
Pessoal (outros)					
Direção	1	2.633	35.091	73	3,3%
Secretaria	1	1.350	17.996	37	1,7%
Manutenção e infraestrutura	5	945	62.984	131	5,9%
Coordenadoria pedagógico	1	2.430	32.392	67	3%
Auxiliar de biblioteconomia	1	1.350	17.996	37	1,7%
Subtotal			166.458	347	15,6%
Bens e serviços					
Água/luz/fone/mês	12	1.920	23.040	48	2,2%
Material de limpeza/mês	12	480	5.760	12	0,5%
Material didático/aluno	480	100	48.000	100	4,5%
Projetos de ação pedagógica	480	100	48.000	100	4,5%
Material de escritório/mês	12	480	5.760	12	0,5%
Conservação predial/ano	1	29.516	29.516	61	2,8%
Manutenção e reposição de equipamentos/mês	12	1.920	23.040	48	2,2%
Subtotal			183.116	381	17,2%
Alimentação					
Funcionários	3	945	37.791	79	3,5%
Alimentos (1 refeição/dia)	480	0,3	28.800	60	2,7%
Subtotal			66.591	139	6,2%
Custos na administração central					
Formação profissional	3	945	37.791	79	3,5%
Encargos sociais (20% do pessoal)	480	0,3	28.800	60	2,7%
Administração e supervisão (5%)			66.591	139	6,2%
Subtotal			174.533,00	364,00	18,7
Total pessoal + encargos					76,1
Total MDE					77,6%
Total geral				2.082	
% do PIB per capita			1.066.189	2.221	100%
					14,6%

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exclui os gastos com alimentação). Incluímos o cálculo do CAQi MDE porque permite a comparação com o Fundeb, cujo valor mínimo deveria ser igual ao do CAQi MDE e em cujo cálculo não são contabilizados os gastos com alimentação.

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE: QUANTO CUSTA ESSE DIREITO?

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação produziu, em 2005, o cálculo do CAQi para as outras etapas e atualizou o valor para 2009 (veja a síntese do CAQi na **tabela 6**). A **tabela 7** apresenta os valores do CAQi e a comparação com o Fundeb, que estabelece o valor mínimo de gasto por criança/aluno vigente atualmente no país. Abaixo do valor do Fundeb, nenhum estado brasileiro pode ficar. Para isso, a União complementa os recursos daqueles estados mais pobres para que eles não fiquem abaixo do mínimo nacional.

Entretanto, podemos observar que é necessário aumentar consideravelmente os recursos investidos em educação para que o valor mínimo nacional do Fundeb alcance o Custo Aluno-Qualidade Inicial calculado pela Campanha. No caso do investimento em creches, o valor deve ser multiplicado por aproximadamente quatro vezes para que se garantam os padrões básicos de qualidade previstos no CAQi (jornada de 10 horas diárias, educadoras com salário compatível aos outros educadores das redes de educação, parquinho, número adequado de crianças por turma, etc.).

Atualmente, o valor investido em creche é muito baixo, porque não são garantidas as condições mínimas e adequadas de funcionamento, e a precarização das condições de trabalho é uma realidade em grande parte do país.

TABELA 6.
SÍNTESE DO CAQi (2009)

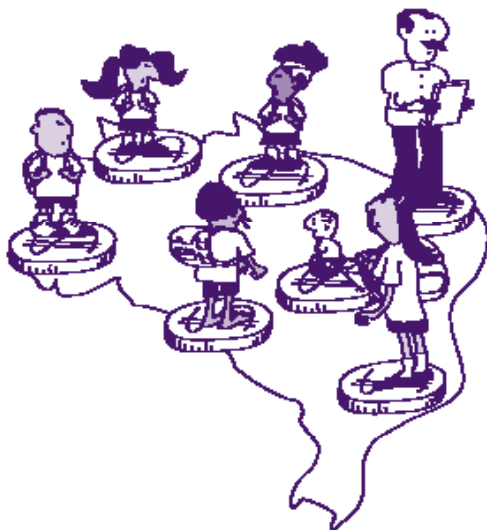
Tipo de escola	Creche	Pré-escola	Ensino fundamental		Ensino médio	Ensino fundamental no campo	
			anos iniciais	anos finais		anos iniciais	anos finais
Tamanho médio (número de alunos)	130	240	480	600	900	70	100
Jornada diária dos alunos (horas)	10	5	5	5	5	5	5
Média de alunos por turma	13	20	24	30	30	14	25
Pessoal + Encargos	83,7%	78,2%	77,6%	76,7%	77,7%	72,8%	71,6%
Custo MDE (R\$)	5.600	2.184	2.082	2.062	2.132	3.855	3.667
Custo total (R\$)	5.994	2.349	2.221	2.185	2.248	4.095	3.853
Custo Total (% do PIB <i>per capita</i>)	39,3%	15,4%	14,6%	14,3%	14,8%	26,9%	25,3%
Diferenciação (EF anos iniciais = 1)	2,70	1,06	1	0,98	1,01	1,84	1,73

TABELA 7.

COMPARAÇÃO ENTRE VALORES ANUAIS DEFINIDOS PELO CAQi (EM MDE, MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO) E OS VALORES MÍNIMOS DEFINIDOS PELO FUNDEB (FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA), EM R\$ (2009)

	Creche (tempo integral)	Pré-escola	Ensino fundamental, anos iniciais (urbano)	Ensino fundamental, anos finais (urbano)	Ensino médio (urbano)	Anos iniciais do ensino fundamental (campo)	Anos finais do ensino fundamental (campo)
CAQi 2005	3.783	1.659	1.618	1.591	1.645	1.997	2.166
CAQi 2009 (A)	5.600	2.184	2.082	2.062	2.132	3.855	3.667
Valor mínimo do Fundeb (2009) (B)	1.343	1.221	1.221	1.343	1.466	1.282	1.404
A/B*	4,2	1,8	1,7	1,6	1,5	3	2,6

* A/B significa que estamos dividindo o valor de A (no nosso caso, o valor de CAQi 2009) pelo valor de B (neste exemplo, o valor mínimo do Fundeb em 2009) para cada nível e modalidade de ensino. Como resultado, temos o que chamamos de razão A/B e assim podemos comparar os valores de cada nível e modalidade. É importante observar que, quanto maior é a razão A/B, maior é a diferença entre o CAQi 2009 e o Fundeb 2009 (Portaria MEC n. 788/2009). Obs.: Houve uma grande variação no valor do CAQi para o ensino fundamental do campo, entre 2005 e 2009, em função de mudança nos valores estimados no transporte escolar.



Mas alguém pode dizer: “Puxa, no meu Estado, já se garante o valor do Custo Aluno-Qualidade Inicial, mas a qualidade da educação ainda é muito baixa”. Para aqueles Estados e municípios que já garantem o valor do CAQi, o desafio é a ampliação dos recursos para dar conta da sua realidade.

O CAQi nacional é o valor mínimo, o piso, abaixo do qual nenhum estado pode ficar. Mas cabe a cada Estado e a cada município calcular o seu CAQi estadual e municipal para que se garantam as condições adequadas conforme a realidade de cada um. Voltaremos a falar sobre os CAQis estaduais e municipais mais adiante.

7 Como viabilizar o CAQi?



“Mas como é que faz pra sair da ilha?
Pela ponte, pela ponte.
A ponte não é de concreto, não é de ferro,
Não é de cimento.
A ponte é até onde vai o meu pensamento.
A ponte não é para ir nem pra voltar.
A ponte é somente pra atravessar.
Caminhar sobre as águas desse momento.”

(Lenine e Lula Quiroga, “A ponte”)

Para viabilizar o CAQi em todo o Brasil, seria necessário um aumento do investimento educacional dos atuais 4% do PIB para 5%, ou seja, precisaríamos aumentar 1% para garantir o CAQi para o atual número de matrículas. O PIB é um indicador econômico que revela a riqueza produzida em um país. Porém, se almejamos cumprir o CAQi para atender o aumento de matrículas previsto no Plano Nacional de Educação (2001), o investimento público deveria chegar a 8% do PIB, conforme estudo do Inep em 2003.

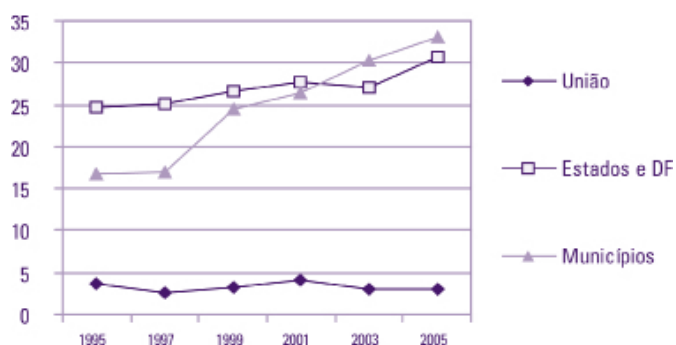
Isso é possível? Sim, é viável desde que o Brasil resolva investir “pra valer” em educação como outros países do mundo já fizeram e fazem. O **gráfico 3** apresenta os gastos referentes à educação básica, nas diferentes esferas de governo, de 1995 a 2005. A proposta da Campanha Nacional pelo Direito à Educação é de que a União (o governo federal) aumente imediatamente em 1% do PIB o seu aporte ao Fundeb. Considerando as demandas do PNE, as necessidades de expansão da pós-graduação e o déficit educacional acumulado, a Conae (Conferência Nacional de Educação) aprovou a ampliação dos gastos públicos em educação para 7% do PIB em 2011, atingindo 10% do PIB em 2014. O esforço de cada nível de governo para assegurar essa ampliação dos gastos deve ser proporcional à sua participação no total da receita tributária (e não apenas de impostos), sempre considerando as transferências constitucionais de um nível de governo para outro. Como veremos a seguir, somente os impostos (e não outros tipos de arrecadação) são considerados para os investimentos mínimos obrigatórios em educação.

Historicamente, a União investe na educação básica menos recursos que Estados e municípios. Para se ter uma ideia, em 2005, do total do gasto com educação básica nas redes públicas no Brasil, o governo federal foi responsável por menos de 10%, conforme mostra o **gráfico 3**. Mesmo considerando que a União tem o importante papel de assegurar a oferta pública de educação superior, quando se considera o total gasto em educação (todos os níveis) no Brasil, Estados e municípios juntos gastam cerca de três vezes mais que o governo federal.

GRÁFICO 3.

GASTOS EM EDUCAÇÃO BÁSICA POR ESFERA DE GOVERNO

(EM R\$ BILHÕES, 1995-2005)



Fonte: Ipea, 2006.

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE: QUANTO CUSTA ESSE DIREITO?

Com esse investimento baseado no CAQi comparado a outros países da América Latina, nosso gasto por aluno ficaria um pouco superior ao atual gasto por aluno da Argentina e inferior ao do Chile, que historicamente sempre investiu em educação. Ainda ficaremos longe do investimento feito pelos Estados Unidos, pela Europa e por vários países asiáticos. mas este pode ser um grande passo.

Para termos uma ideia de que o valor do CAQi não é um absurdo e pode ser garantido, desde que o país assuma a educação como prioridade, vamos dividi-lo por doze meses e, assim, compará-lo a outros valores como o salário mínimo, o valor médio de mensalidade em uma escola privada e o valor que o governo federal permite que as classes médias e altas deduzam (descontem) do IR (Imposto de Renda) em relação ao que gastam com a educação de seus filhos e suas filhas em escolas particulares (**Tabelas 8 e 9**). Como vocês vão observar, o valor de dedução do IR (dividido por mês) é superior ao valor do CAQi. Se o próprio governo reconhece esse valor, por que não reconhecer para a maioria da população atendida pelas redes públicas a necessidade de aumentar o gasto por aluno ao patamar do CAQi?

TABELA 8.

COMPARAÇÃO ENTRE O CAQi, O VALOR MÍNIMO DO FUNDEB, VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO E O VALOR PERMITIDO PARA A DEDUÇÃO DO IR NAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO PRIVADA (VALORES DO ANO DE 2009)

CAQi/mês (ensino fundamental, anos iniciais)	R\$ 174
Valor mínimo do Fundeb para os anos iniciais	R\$ 102
Salário mínimo	R\$ 510
Valor máximo de dedução do Imposto de Renda em educação equivalente a um mês	R\$ 226

TABELA 9.

COMPARAÇÃO DE MENSALIDADES EM ESCOLAS DA REDE PRIVADA EM ALGUMAS CAPITAIS DO PAÍS

	Brasília	Campo Grande	Curitiba	Porto Alegre	Recife	São Paulo	Teresina
Mensalidade em escolas consideradas baratas	–	–	R\$ 409	–	R\$ 159	R\$ 307	–
Mensalidade no ensino médio em escolas com os melhores desempenhos no Enem 2009	R\$ 1.432	R\$ 800	–	R\$ 1.036	–	R\$ 2.756	R\$ 600

Fontes: *Guia escolas* (<http://www.portalguiaescolas.com.br>) e jornais no dia 19/7/2010 (*O Estado de S. Paulo*, *Zero Hora* e *Folha de S.Paulo*).

DE ONDE VEM O DINHEIRO?

Uma medida que contribuiria para a concretização do CAQi seria a destinação de uma parcela do lucro líquido das empresas estatais para a reforma e a equipagem das escolas com os insumos indicados no CAQi. Só a Petrobras, por exemplo, conquistou em 2008 o maior aumento de lucro líquido de sua história, chegando a R\$ 33 bilhões. O repasse às escolas seria realizado por meio de uma conta específica, cuja aplicação ficaria a cargo de cada conselho escolar. Esse recurso poderia garantir que todas as escolas e creches públicas do país contassem com um conjunto básico de recursos de infraestrutura (parques infantis, quadras, bibliotecas, laboratórios de ciências e informática, etc.) e equipamentos que permitissem uma mudança radical no padrão de oferta educacional.

Os recursos para implantar o CAQi poderiam vir da urgente revisão do pagamento dos encargos da dívida pública. A dívida pública (ou dívida nacional) é composta pela dívida interna (quanto o governo deve para instituições do próprio país) e pela dívida externa (quanto deve para instituições de fora do país). Os encargos financeiros são os recursos utilizados para saldar os compromissos da dívida pública (interna e externa).

Anualmente, grande parte dos recursos que poderiam ser investidos em políticas sociais é “engolida” pelo pagamento da dívida. O gasto anual do governo federal com os serviços da dívida em 2008 foi de cerca de 7,7% do PIB. No mesmo período, o gasto federal com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE) foi inferior a 1% do PIB ao ano.

Há vários movimentos e organizações da sociedade civil, como a Rede Jubileu Sul (<http://www.divida-auditoriacidada.org.br>) e o Fórum Brasil Orçamento (<http://www.forumfbio.org.br>), que questionam a legitimidade da dívida e exigem auditoria para investigar como elas foram contraídas, por quais razões e em que condições isso aconteceu, que juros são pagos, quais são os beneficiários, entre outros pontos, porque, afinal, todos nós, brasileiros e brasileiras, pagamos essa dívida. Uma conquista importante ocorreu em 8 de dezembro de 2008, quando, em decorrência da pressão desses e de outros movimentos, o Congresso Nacional instalou uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a dívida pública. A CPI foi encerrada em maio de 2010. O relatório final reconhece que houve irregularidades e falta de transparência em vários aspectos do endividamento. No entanto, a CPI não pediu a abertura da auditoria

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE: QUANTO CUSTA ESSE DIREITO?

ou de mecanismos de investigação. Por isso, deputados que não concordaram com o relatório final e entidades da sociedade civil entregaram um relatório alternativo ao Ministério Público Federal para solicitar a continuidade da investigação. Portanto, fique de olho!

Nesse sentido, outro caminho fundamental para ampliar os recursos à educação e para as políticas sociais viria de uma ampla e justa reforma tributária. Os tributos são compostos por impostos, taxas e contribuições e empréstimos compulsórios que o povo brasileiro paga aos governos. No entanto, os recursos que os governos tiram para o investimento em políticas sociais (como os previstos nas vinculações constitucionais para a saúde e a educação) vêm dos impostos e não das contribuições sociais. Uma vinculação constitucional de impostos é uma obrigação do governo de destinar uma porcentagem mínima dos impostos arrecadados (e não do total de tributos arrecadados) para determinada área, por exemplo, a educação. Espertamente, os governos têm ampliado a receita tributária por meio do aumento das contribuições sociais e não por meio do aumento de impostos. Essa opção torna mais difícil a ampliação dos recursos para a educação. Um cálculo em valores de 2007 apontou que, se a vinculação constitucional tivesse por referência o conjunto da receita tributária, conseguiríamos o recurso necessário para viabilizar a proposta do CAQi.



Segundo uma pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) divulgada em 2008, o Brasil tem um dos mais injustos sistemas tributários, porque os mais pobres pagam proporcionalmente 44,5% mais tributos que as pessoas com maior renda. Esse é um assunto que até hoje nenhum governo conseguiu de fato enfrentar e que alimenta nossa histórica desigualdade social. Contudo, acreditamos que resolver essa injustiça e rever a base da tributação traria mais recursos para a educação e para outras políticas sociais.

8

O CAQi,

as modalidades e as desigualdades

“Eu dormi. E tive um sonho maravilhoso.
Sonhei que eu era um anjo.
Meu vestido era amplo. Mangas longas cor-de-rosa.
Eu ia da terra para o céu. E pegava as estrelas na mão
para contemplá-las e conversar com as estrelas.
Elas organizaram um
espetáculo para me homenagear.
Dançavam ao meu redor e formavam um risco luminoso.
Quando despertei, pensei: ‘Eu sou tão pobre.
Não posso ir num espetáculo,
por isso Deus me envia esses sonhos deslumbrantes
para a minha alma dolorida’.”

(Carolina de Jesus, “Quarto de despejo”)

Sabemos que o Brasil é um país marcado por profundas e perversas desigualdades: entre pobres e ricos, entre mulheres/meninas e homens/meninos, entre pessoas de diferentes cores e etnias, entre as regiões do País, de um Estado e de um município, entre crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, entre heterossexuais, bissexuais, lésbicas e gays, entre pessoas do campo e da cidade, com deficiências, etc. Como o CAQi pode contribuir para o enfrentamento dessa realidade?

Evidentemente, como já afirmamos, a superação das desigualdades brasileiras exige um conjunto de políticas “estruturantes”, que vá além da educação e que mexa pra valer com a distribuição de renda e de terra, acesso a bens, saberes e poderes, etc. Mas, ao reconhecer as desigualdades e levá-las em consideração, o CAQi representaria um esforço no sentido de fazer com que as políticas de financiamento de educação sejam mais sensíveis e contem com outros mecanismos para lidar com a problemática.

Vale a pena também registrar que, infelizmente, a lei do Plano Nacional de Educação (2001), que estabelece as metas educacionais do país até 2010, não reconheceu em seu texto, nem como capítulo, nem como recortes transversais, os graves problemas das desigualdades existentes na educação brasileira. Portanto, este será um desafio para o processo de revisão do atual PNE (2001-2010) e de construção do futuro PNE (2011-2020): a elaboração de um diagnóstico e de metas precisas que dimensionem e contribuam para a superação do problema. Veja, na página 10, o quadro sobre o novo PNE.

Na busca de respostas a esses desafios, apresentamos dois mecanismos vinculados ao CAQi como proposta para o processo de debate nacional: os CAQis específicos ou por modalidades e o adicional CAQi. Contudo, em relação a esses mecanismos, não chegamos a números precisos. Acreditamos serem necessários a realização de pesquisas específicas e o aprofundamento da negociação com organizações diversas. Desse modo, optamos por trazer algumas questões para contribuir com o debate sobre a concretização de mecanismos que enfrentem as desigualdades no financiamento da educação.



CAQis ESPECÍFICOS OU POR MODALIDADE

Além dos valores de CAQis apresentados neste documento para as etapas da educação infantil (creche, pré-escola), do ensino fundamental e do ensino médio, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação aponta para a necessidade de definição de CAQis destinados às modalidades e a outros grupos sociais específicos.

Das modalidades, entendemos que, somente para a EJA (Educação de Jovens e Adultos), não se faz necessário um CAQi diferenciado em relação ao ensino regular, já que os últimos Enejas (Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos) defenderam que não haja diferenciação do valor gasto entre os alunos do ensino regular e da EJA.

Em relação às outras modalidades, identificamos a necessidade de realização de estudos específicos que criem as bases para esses CAQis. Ao longo do processo de construção da proposta contida neste documento, fizemos simulações e estabelecemos conversas com atores dos diversos campos da educação básica, buscando pistas para essa construção, que necessariamente envolve uma série de negociações.

Assim, quais seriam esses outros CAQis e quais as questões em jogo?

- **CAQi Educação Inclusiva** – Realizamos algumas simulações assumindo uma escola que inclua, em salas regulares, alunos com deficiência. Nossa avaliação é de que o CAQi de uma pessoa com deficiência deve ser, no mínimo, o dobro do custo aluno-qualidade de uma pessoa sem deficiência. Ou seja, a escola que atender um aluno ou uma aluna com deficiência deverá receber por ele ou ela o dobro do recurso correspondente a um aluno ou a uma aluna sem deficiência. De qualquer forma, há uma grande diferença nos impactos do custo aluno em função do tipo de deficiência. Portanto, é fundamental, em articulação com as entidades da área, nos aprofundarmos na definição desses custos.
- **CAQi Educação Indígena** – Há organizações no campo da educação indígena que acreditam ser necessária a definição de um CAQi para cada povo indígena, enquanto outras acham que seria possível ter um CAQi único para o conjunto da educação indígena.
- **CAQi da Educação do Campo** – Realizamos simulações e conversas com diversas organizações, mas entendemos ser fundamental um aprofundamento maior. As simulações desenvolvidas pela Campanha pretendem apenas estimular o debate e realçar as principais diferenças entre as escolas urbanas e as escolas do campo do ponto de vista dos insumos. Nesse sentido, há dois elementos com forte impacto no custo e que diferenciam essas escolas. O primeiro deles é o tamanho: em geral, as escolas do campo são muito pequenas, o que tende a elevar os custos fixos. Outro elemento de custo refere-se ao transporte dos estudantes. Para o transporte escolar, previu-se o equivalente a R\$ 620 por aluno/ano, já que, em razão da baixa densidade populacional da zona rural, esse transporte é necessário para garantir que crianças e jovens possam chegar à escola, mesmo na zona rural. Na versão inicial do CAQi, o valor do transporte era de R\$ 200 por aluno/ano, valor corrigido com base no estudo coordenado pelo Inep com dados fornecidos pelos municípios. Estimou-se ainda que 80% dos alunos de cada escola serão transportados, supondo que os demais 20% morem em locais que lhes permitam ir a pé para a escola. De toda forma, na proposta do CAQi, a ideia é de que devem ser garantidas aos alunos do campo escolas próximas de suas casas, sem a necessidade de que se

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE: QUANTO CUSTA ESSE DIREITO?

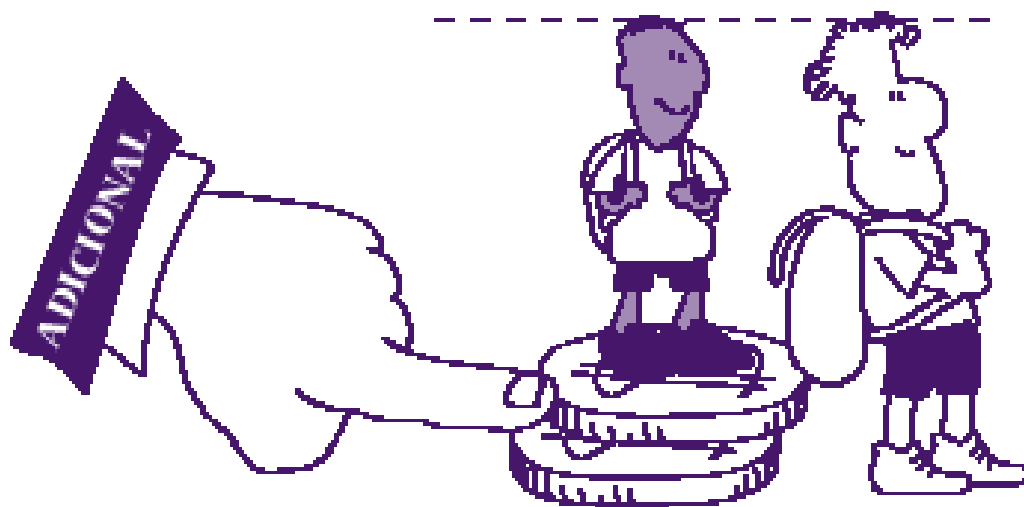
desloquem até as escolas urbanas. Nos anexos, você encontrará as tabelas referentes ao CAQi da educação do campo dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental.

- **CAQi Quilombola** – Este CAQi seria destinado às comunidades negras remanescentes de quilombos. No entanto, é necessário aprofundar o debate com organizações vinculadas a grupos quilombolas para definir se devemos ou não utilizar o CAQi Educação do Campo como referencial.
- **CAQi Educação Profissional** – Em razão da complexidade do tema, não avançamos em conversas nem em simulações sobre esse CAQi especificamente. Para 2011, a Campanha planeja desenvolver, com apoio da Unesco, o projeto do CAQi da educação em tempo integral, o que certamente envolverá a elaboração do CAQi da educação profissional.

ADICIONAL CAQi

A proposta do Adicional Custo Aluno-Qualidade Inicial nasce como resposta ao desafio de reconhecer e considerar, no financiamento, condições que contribuam para o enfrentamento das desigualdades existentes entre diferentes territórios ou em um mesmo território. Para nossa discussão, o território pode ser assumido como um município, uma região de determinada cidade ou Estado, um bairro, etc. O que nos interessa aqui, de forma bastante concreta, é utilizar o Adicional como mecanismo para viabilizar a dotação de mais recursos a regiões marcadas por processos de exclusão política, econômica e social, como, por exemplo, bolsões de pobreza existentes nas periferias das grandes cidades ou no interior do país. Em grande parte dessas áreas, a população negra predomina.

Nossa proposta é de que o Adicional represente o aumento de, no mínimo, 50% do valor do CAQi. Em princípio, entendemos que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), articulado com um conjunto de indicadores educacionais (acesso, permanência, progressão, etc.), pode ser utilizado para a definição das regiões a serem priorizadas. O debate ampliado deste texto pela sociedade poderá apontar ainda outros indicadores mais adequados e o percentual a ser fixado para o Adicional.



9 O CAQi na praça: da escola aos Planos de Educação

“A estrada da vida
pode ser longa e áspera.
Faça-a mais longa e suave.
Caminhando e cantando
com as mãos cheias de sementes.”

(Cora Coralina, “Este presente”)

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação pretende que a discussão sobre o CAQi avance por todos os cantos do País. A intenção é de que a proposta apresentada pela Campanha seja discutida por muita gente, aprimorada coletivamente e encaminhada ao Congresso Nacional para que se transforme em um projeto de lei.


Em 2007 e 2008, a proposta do CAQi foi apresentada como emenda ao texto da Coneb (Conferência Nacional de Educação Básica) por diversos ativistas e organizações que lutam pelo direito à educação. Dessa forma, o documento oficial aprovado na Conferência estabeleceu a urgência da definição do CAQi como base para a criação de uma política nacional de financiamento comprometida com a qualidade educacional. Cerca de 20 mil pessoas participaram das discussões estaduais e nacional da Coneb. O mesmo aconteceu na Conae (Conferência Nacional de Educação), cuja etapa nacional ocorreu em abril de 2010. Foram 27 conferências estaduais e mais de 1.500 locais. Seu documento final, que também propõe que o CAQi deve guiar o financiamento da educação no Brasil, servirá para orientar a elaboração do novo PNE 2011-2020. Tendo como base o CAQi, o novo PNE estabelecerá metas para os próximos dez anos da educação brasileira e deverá indicar como assegurar os recursos financeiros para isso.

Como já informamos, o CNE (Conselho Nacional de Educação), órgão de assessoramento do Ministério da Educação, aprovou, em maio de 2010, uma resolução que diz que a proposta da Campanha para o CAQi deve ser a referência para uma matriz de “Padrões Mínimos de Qualidade para a Educação Básica Pública no Brasil”. O CNE recomenda que esses padrões sejam adotados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios na elaboração de seus respectivos planos de educação. São passos importantes rumo à definição do CAQ como previsto pela legislação brasileira.

O que mais a gente pode fazer com o CAQi?

O CAQi DO MUNICÍPIO E DO ESTADO

Não podemos ficar somente no CAQi nacional, que estabelece o mínimo abaixo do qual nenhuma rede de ensino pode ficar. É importante que a gente calcule qual o CAQi do nosso município e do nosso Estado, considerando a realidade e os desafios específicos de cada um deles. Esses CAQis são fundamentais para definirmos



LEMBRE-SE!

O CAQi nacional é somente um parâmetro mínimo para que nenhum município ou Estado brasileiro invista menos recursos na educação em comparação ao valor mínimo nacional. Temos que atuar para que nossos municípios e Estados possam ir muito além do CAQi nacional.

qual o valor necessário para o cumprimento das metas educacionais que cada um possui. Por meio dessa construção, podemos chegar à conclusão de que o CAQi do meu município ou do meu Estado deve ser superior ao CAQi nacional.

E aí entramos em um assunto muito importante: qual documento define as metas educacionais do município e do Estado?

Em 2001, o Plano Nacional de Educação estabeleceu que Estados e municípios devem elaborar planos municipais e estaduais de educação que apresentem suas metas para um período de dez anos. Nesses planos, devem constar⁶:

- um plano de Estado e não um plano de governo em exercício, ou seja, um plano que deve ir além daquela gestão que foi eleita para quatro anos;
- um plano de educação do conjunto do município e do Estado, e não um plano das redes e dos sistemas municipais e estaduais de ensino. Isso quer dizer, por exemplo, que, quando falamos de plano municipal, estamos tratando de todo o atendimento educacional disponível naquele município, o que muitas vezes envolve a rede municipal de educação (vinculada à prefeitura), a rede estadual (vinculada ao governo do Estado), a rede federal (vinculada ao governo federal) e a iniciativa privada. Além disso, não podemos esquecer que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) determinou como atribuições prioritárias do município a educação infantil e o ensino fundamental, como atribuições prioritárias do Estado o ensino fundamental e o ensino médio e como atribuições prioritárias da União a educação superior, a organização e todo o apoio técnico e financeiro a toda a educação nacional. Logo, os planos de educação devem prever formas de colaboração entre os diferentes níveis de governo para que a população tenha a garantia do direito humano à educação em suas diferentes etapas e modalidades;
- um documento que deve dimensionar os recursos financeiros necessários para o cumprimento das metas. Não basta ter um plano “maravilhoso” sem contar com os recursos necessários para sua implementação. Por isso, é fundamental ser muito preciso em relação ao financiamento e às formas de colaboração entre os governos municipais, estaduais e federal (a parte do financiamento que cabe a cada um deles).

⁶ CARREIRA, Denise. *Subsídios para a construção participativa do Plano de Educação da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Ação Educativa/Movimento Nossa São Paulo, 2008.

COMO VAI O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA SUA CIDADE?



O Conselho Municipal de Educação é previsto na legislação educacional como parte do desafio de construção da participação e da gestão democrática na educação. Ele é constituído por representantes de diversos setores da sociedade e por pessoas publicamente reconhecidas na área educacional, além de representantes governamentais, devendo fiscalizar o atendimento educacional, deliberar sobre as diretrizes da Secretaria, elaborar normas, propor políticas, assessorar a Secretaria de Educação e estimular a participação da sociedade para assegurar o aperfeiçoamento das políticas educacionais. Para saber mais, acesse <http://www.uncme.com.br>.

No entanto, menos de 50% dos municípios brasileiros elaboraram planos municipais de educação. E, infelizmente, dos municípios que o fizeram, a grande maioria não construiu os planos com base em processos participativos que envolvessem a sociedade e os diferentes setores públicos na definição das metas educacionais para os próximos dez anos. Muitos elaboraram planos de gabinete com apoio de consultorias especializadas que desconhecem a realidade dos municípios, os chamados “planos de gaveta”.

Segundo um levantamento realizado em dezembro de 2010 pelo Observatório da Educação, da ONG Ação Educativa, somente 11 dos 26 Estados brasileiros possuem um plano estadual de educação. O Distrito Federal tampouco possui seu plano distrital. Infelizmente, quase a totalidade dos Estados com um plano próprio construiu esse documento sem ouvir a sociedade e sem ter como base um amplo processo participativo. O levantamento também mostrou que a maioria dos planos em vigor possui centenas de metas, mas estas não são monitoradas.

Procure saber se seu Estado ou município tem planos estadual e municipal de educação. Além de conhecer e avaliar o texto, verificando se ele já foi aprovado pelo Legislativo e se ele está sendo realmente implementado pelo governo atual, procure saber como ele foi construído. Você, outros ativistas e organizações comprometidas com o direito à educação podem promover a discussão do documento em reuniões, seminários e encontros, apontando propostas de alteração que possam ser encaminhadas aos Conselhos de Educação e ao Poder Legislativo municipal e estadual, acompanhando e avaliando a implementação das metas pelo governo atual.

Se o seu município ainda não tem um plano, é hora de se articular com outros movimentos e organizações e pressionar a Secretaria de Educação para que ela convoque um processo participativo de construção do Plano Municipal de Educação. Vocês podem fazer o mesmo em relação ao Estado.

A definição do CAQi municipal e estadual deve estar articulada aos planos municipais e estaduais de educação da seguinte maneira:

- se o plano já existe, as organizações e os movimentos de educação podem impulsionar um processo de debate que pressione os governos, o Legislativo e os Conselhos de Educação a deflagrar um processo de construção do Custo Aluno-Qualidade Inicial com o envolvimento dos diversos setores da sociedade;

- se o plano ainda não existe, vocês podem pressionar o executivo e o legislativo pela construção de um plano que tenha o CAQi municipal ou estadual como base para o cálculo dos recursos necessários à implementação do financiamento do plano. Além da participação ampla da sociedade, se a sua cidade conta com universidades ou organizações especializadas em educação, é possível convidar essas instituições para contribuir na definição dos insumos que darão base ao cálculo do CAQi municipal ou estadual.

O CAQi COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL E DE PLANEJAMENTO

A sua escola tem laboratório de ciências? Tem quadra de esportes? A creche e a pré-escola possuem parquinhos? Quantos estudantes ou quantas crianças há por turma? Você sabe o valor do salário de suas professoras? Qual a duração da jornada escolar, ou seja, quanto tempo as crianças e os estudantes permanecem na creche ou na escola? Sua escola ou creche sofre com a falta de educadores? Os estudantes ficam sem aulas constantemente? Os educadores passam regularmente por cursos de formação?

Essas são algumas das perguntas que podem ser feitas a partir dos insumos definidos para o CAQi. Por isso, o CAQi pode ser um grande instrumento de controle social e de planejamento da ação de uma escola ou de uma gestão municipal, estadual ou federal. “Controle social” é o direito da população de acompanhar, fiscalizar e avaliar a ação de dirigentes e gestores para que o atendimento de um serviço público seja o melhor possível, tendo como base o bom uso dos recursos públicos. O planejamento se refere à capacidade de definir as metas e os passos necessários para que, em determinado período de tempo, avanços sejam alcançados no atendimento educacional oferecido à comunidade em que se atua. Os planos municipais, estaduais e nacional são instrumentos de planejamento da política educacional e representam uma grande conquista contra a descontinuidade das políticas públicas que marca a realidade brasileira.



O QUE É A SAM (SEMANA DE AÇÃO MUNDIAL)?

É uma mobilização anual promovida pela CGE (Campanha Global pela Educação) em mais de cem países. A CGE é uma coalizão internacional que reúne movimentos sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil de todas as regiões do planeta. A Semana de Ação Mundial é realizada anualmente no mês de abril com o objetivo de pressionar governos e lideranças mundiais a cumprir as metas internacionais de educação, assumidas nas Conferências Mundiais de Educação de Jomtien (Tailândia, 1990) e de Dacar (Senegal, 2000). No Brasil, a Semana é organizada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e envolve ações de mobilização local e nacional. Mais de 160 atividades como aulas públicas no Congresso Nacional, em Assembleias Legislativas e em Câmaras de Vereadores, jornadas de leitura, exposições de vídeo, apresentações teatrais, oficinas, seminários, palestras e reuniões em bibliotecas, escolas, entidades e associações fizeram parte da SAM 2009 em todos os Estados e no Distrito Federal. Mais de 107 mil pessoas participaram, discutindo o tema “Ler e escrever o mundo”. Para participar da SAM 2011, entre em contato com a Campanha.

A lista de insumos necessários para uma educação de qualidade e a definição dos fatores que mais impactam o CAQi (número de estudantes/crianças por educador e por turma, salários dos profissionais de educação, tamanho da escola e jornada escolar) estabelecem parâmetros que devem ser perseguidos pela direção, pelo conselho escolar e pela equipe pedagógica de uma escola, pelo grêmio, pelos conselhos municipais e estaduais de educação e pelos governos, legislativos e conselhos municipais e estaduais de um município ou Estado.

A QUALIDADE DOS INSUMOS

Muitas vezes, uma escola até conta com os insumos necessários, mas a qualidade deles deixa bastante a desejar. Essa é uma realidade em grande parte do nosso país. Com o objetivo de “colocar o dedo nessa ferida”, um grupo de educadoras do município de Araucária (PR), vinculadas ao projeto Nepso (Nossa Escola Pesquisa sua Opinião)⁷, aproveitou a oportunidade da **Semana de Ação Mundial 2007**, realizada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, para discutir a qualidade da merenda e dos materiais escolares disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação às escolas da cidade. Desde o lápis cuja ponta quebra sem parar, passando pelas canetas que não funcionam, aos problemas da merenda, o grupo mostrou que é necessário ter critérios para avaliar a qualidade de determinado material ou insumo. Saiba mais sobre a Semana de Ação Mundial na página 85.

No Brasil, algumas creches possuem brinquedos, mas, em muitas delas, eles são totalmente inadequados para crianças (e às vezes até perigosos). O mesmo acontece com os parquinhos, quase sempre sem manutenção. Há escolas que possuem bibliotecas, mas com poucos e velhos livros ou que ficam fechados em um armário ou sala, sem acesso aos alunos. Várias delas têm computadores, mas muitas vezes sem uso ou quebrados. Ou seja, o insumo é necessário e deve ter qualidade suficiente para cumprir sua função no processo educativo. E isso tem que estar explicitado nos critérios das licitações para as compras governamentais, porque o mais barato pode sair muito caro.

⁷ O Nepso é um projeto da ONG Ação Educativa em parceria com o IPM (Instituto Paulo Montenegro). Saiba mais nos sites <http://www.acaoeducativa.org.br> e <http://www.ipm.org.br>. Para mais informações sobre as atividades realizadas em Araucária, entrar em contato com Maria Tereza Carneiro Soares (marite@brturbo.com.br).

10 Para abrir outras conversas

“Vira a roda, roda o tempo,
nasce um samba em minha mão.
Olha a praia, chama o vento,
abra os braços e a canção.
Eu sei onde estou
e sei aonde é que eu quero ir.
E quem quiser
entre na roda e vá rodar também.”

(Elis Regina, “Jogo de roda”)

COMO VAI O CONSELHO DA SUA ESCOLA?

Toda escola ou creche deve ter um Conselho Escolar, que é composto por familiares, estudantes, profissionais de educação e lideranças comunitárias. O objetivo do Conselho é definir prioridades, contribuir para a organização escolar, avaliar a qualidade do atendimento educacional e propor caminhos para melhorá-lo. Todo mundo pode e deve participar! A base do trabalho do conselho escolar é o projeto político-pedagógico da escola, o famoso PPP.

Tudo o que apresentamos até aqui pode ser discutido de acordo com a realidade da escola e da creche de sua comunidade e da rede de ensino do seu município ou Estado. Você pode debater com outras pessoas a qualidade da educação que vocês desejam e, a partir daí, identificar as condições necessárias (os insumos) para alcançar essa qualidade. Se possível, envolva o **Conselho Escolar** e o grêmio estudantil da sua escola ou creche.

Nos anexos desta publicação, você encontrará todas as tabelas produzidas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação no esforço de definição de um CAQi nacional. Analise e discuta com seus colegas as tabelas e pense como elas poderiam ser modificadas ou adaptadas para a realidade da sua escola, seu município e Estado. Pressione o poder público municipal e estadual para que haja a construção do CAQi municipal e estadual.

Além disso, acompanhe e participe dos debates promovidos pela Campanha Nacional e por outros movimentos comprometidos com o direito humano à educação para que possamos conquistar um CAQi nacional que seja a base para a construção de uma política de financiamento educacional comprometida com a qualidade que almejamos.

Para alimentar a roda de experiências e acúmulos, conte-nos sobre as discussões e os passos conquistados em sua escola, município e Estado.

Boa sorte!

Tabelas do CAQi

TABELA 1.

PLANO REFERENCIAL DE CARGOS E SALÁRIOS

CARGO/FUNÇÃO	Jornada (em horas)	Salário (em R\$)		
		Inicial	Médio	Final
Professor de nível médio (normal)				
	30	1.013	1.519	2.025
	40	1.350	2.025	2.700
Adicional rural (+ 30%)	30	975	1.463	1.950
	40	1.755	2.633	3.510
Professor de nível superior				
	30	1.519	2.278	3.038
	40	2.025	3.038	4.050
Adicional rural (+ 30%)	30	1.974	2.962	3.949
	40	2.633	3.949	5.265
Coordenação (+ 20%)	40	2.430	3.645	4.860
Direção (+ 30%)	40	2.633	3.949	5.265
Técnico com formação em nível médio	40	1.350	2.025	2.700
Trabalhador com formação em nível fundamental	40	945	1.418	1.890
Bibliotecário (nível superior)	40	2.025	3.038	4.050
Auxiliar de biblioteconomia (nível médio)	40	1.350	2.025	2.700

Os valores dos salários estão atualizados para 1/7/2009 (média INPC-IBGE e ICV-Dieese).

TABELA 2.

CUSTOS DE BENS E SERVIÇOS

BENS E SERVIÇOS	Unidade	Creche	Pré-escola e ensino fundamental	
			(anos iniciais)	(anos finais) e ensino médio
Água, luz e telefone	R\$/aluno-mês	14	4	3
Material de limpeza	R\$/aluno-mês	3	1	1
Material didático	R\$/aluno-ano	100	100	100
Projetos de ações pedagógicas	R\$/aluno-ano	100	100	100
Material de escritório	R\$/aluno-mês	1,5	1	1
Conservação predial	% do valor do prédio	2	2	3
Manutenção e reposição de equipamentos	R\$/aluno-mês	4	4	4

CAQi CRECHE

TABELA 3.

ESTIMATIVA DE CUSTO DE UMA CRECHE

Alunos	130*		
Turmas	10*		
		Professor com ensino médio	Professor com ensino superior
Total de professores	20	17	3
Número de salas de aula	10		
Alunos/turma	13 (média)		
Jornada da criança	10 (horas/dia)	(50 horas/semana)	
Jornada semanal do professor	40	(26 horas com os alunos)	

* 3 turmas de 10 crianças com menos de 2 anos de idade + 3 turmas de 12 crianças com menos de 3 anos de idade + 4 turmas de 16 crianças com 3 anos de idade.

TABELA 4.

CAQi CRECHE

INSUMOS	Qtde.	Custo unitário (R\$)	Custo total/ano (R\$)	Custo aluno/ano (R\$)	% do total
Pessoal (professor)					
Professor com ensino superior (40 horas)	3	2.025	80.980	623	10,4%
Professor com ensino médio (40 horas)	17	1.350	305.924	2.353	39,3%
Subtotal			386.903	2.976	49,7%
Pessoal (outros)					
Direção	1	2.633	35.091	270	4,5%
Secretaria	1	945	12.597	97	1,6%
Manutenção e infraestrutura	2	945	25.194	194	3,2%
Coordenação pedagógica	1	2.430	32.392	249	4,2%
Subtotal			105.274	810	13,5%
Bens e serviços					
Água, luz e telefone/mês	12	1.820	21.840	168	2,8%
Material de limpeza/mês	12	390	4.680	36	0,6%
Material didático/aluno	130	100	13.000	100	1,7%
Projetos de ações pedagógicas	130	100	13.000	100	1,7%
Material de escritório/mês	12	195	2.340	18	0,3%
Conservação predial/ano	1	18.372	18.849	145	2,4%
Manutenção e reposição de equipamentos/mês	12	520	6.240	48	0,8%
Subtotal			79.472	615	10,3%

(cont.)

TABELA 4. (cont.)**Alimentação**

Funcionário	2	945	25.194	194	3,2%
Alimentos (5 refeições/dia) por aluno	130	1	26.000	200	3,3%
Subtotal			51.194	394	6,6%

Custos na administração central

Formação profissional	27	500	13.500	104	1,7%
Encargos sociais (20% do pessoal)			103.474	796	13,3%
Administração e supervisão (5%)			38.938	300	5%
Subtotal			155.912	1.200	20%

Total Pessoal + Encargos

					83,7%
--	--	--	--	--	-------

Total MDE

				5.600	
--	--	--	--	-------	--

Total geral

			779.257	5.994	100%
--	--	--	---------	-------	------

% do PIB per capita

					39,3%
--	--	--	--	--	-------

TABELA 5.**DESCRIÇÃO DO PRÉDIO DA CRECHE**

Descrição do prédio	Quantidade	m ² /item
Sala para atividades com as crianças	10	20
Sala de direção/equipe	2	20
Sala de professores	1	15
Sala de leitura	1	30
Berçário	1	30
Refeitório	1	45
Lactário	1	20
Cozinha/despensa	1	30
Quadra coberta	1	200
Parque infantil	1	10
Banheiro de funcionários/professores	2	8
Banheiro	10	8
Sala de depósito	3	15
Sala de tevê/DVD	1	30
Espaço de circulação		148
Total (m²)		939
Total (R\$)		942.458

TABELA 6.

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DE UMA CRECHE

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	Quantidade		
Esportes e brincadeiras		Mobiliário em geral	
Atividades físicas	10	Cadeira de alimentação com cinto de segurança	30
Conjunto de brinquedos para parquinho	1	Cadeira	100
Triciclo	10	Mesinha em plástico resistente com tampo com atividades	10
Cozinha		Mesinha redonda de plástico rígido e colorido	33
Freezer de 305 litros	1	Arquivo de aço com 4 gavetas	10
Geladeira de 270 litros	2	Armário de madeira com 2 portas	10
Fogão comum para lactário	1	Mesa de leitura com 4 cadeiras	2
Fogão industrial	1	escrivaninha com cadeira	15
Liquidificador industrial	1	Mesa de reunião para sala de professores com 8 cadeiras	1
Botijão de gás de 13 kg	2	Armário com 2 portas para secretaria	1
Espremedor de frutas industrial	1	Mesa para refeitório com 6 cadeiras	10
Coleções e materiais bibliográficos		Mesa para impressora	3
Enciclopédia	1	Mesa para computador	4
Dicionário completo de língua portuguesa	1	Estante para biblioteca	5
Outros dicionários	1	Berço e colchão	30
Literatura infantil	1.300	Banheira com suporte	4
Apoio pedagógico	200	Quadro para sala de aula	10
Equipamentos para áudio, vídeo e foto		Quadro para mural	5
Retroprojeter	1	Poltrona para amamentar	5
Tela para projeção	1	Aparelhos em geral	
Televisor de 20 polegadas	10	Bebedouro elétrico	2
Suporte para tevê/DVD	10	Circulador de ar de parede	10
Aparelho de CD e rádio	10	Máquina de lavar	1
Aparelho de DVD	10	Máquina secadora	1
Máquina de vídeo/fotográfica	1	Telefone	1
Aparelho com CD e rádio	15	Lixeira	22
Processamento de dados			
Computador para administração/docentes	4	Custo total estimado	R\$ 138.462
Impressora a laser	1		
Copiadora multifuncional	1		
Guilhotina para papel	1		

CAQi PRÉ-ESCOLA

TABELA 7.

ESTIMATIVA DE CUSTO DE UMA PRÉ-ESCOLA

Alunos	240		
Turmas	12		
		Professor com ensino médio	Professor com ensino superior
Total de professores	12	6	6
Número de salas de aula	6		
Alunos/turma	20		
Jornada do aluno	5 (horas/dia)		(25 horas/semana)
Jornada semanal do professor	40		(26 horas com os alunos)

TABELA 8.

CAQi PRÉ-ESCOLA

INSUMOS	Qtde	Custo unitário (R\$)	Custo total/ano (R\$)	Custo aluno/ano (R\$)	% do total
Pessoal (professor)					
Professor com ensino médio (40 horas)	6	1.000	79.980	333	14,2%
Professor com ensino superior (40 horas)	6	1.500	119.970	500	21,3%
Subtotal			199.950	833	35,5%
Pessoal (outros)					
Direção	1	2.633	35.091	146	6,2%
Secretaria	1	1.350	17.996	75	3,2%
Manutenção e infraestrutura	3	945	37.791	157	6,7%
Coordenação pedagógica	1	2.430	32.392	135	5,7%
Subtotal			123.269	514	21,9%
Bens e serviços					
Água, luz e telefone	12	960	11.520	48	2%
Material de limpeza	12	240	2.880	12	0,5%
Material didático	240	100	24.000	100	4,3%
Projetos de ações pedagógicas	240	100	24.000	100	4,3%
Material de escritório	12	240	2.880	12	0,5%
Conservação predial	1	16.164	16.164	67	2,9%
Manutenção e reposição de equipamentos	12	960	11.520	48	2%
Subtotal			92.964	387	16,5%

(cont.)

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE: QUANTO CUSTA ESSE DIREITO?

TABELA 8. (cont.)

Alimentação					
Funcionário	2	945	25.194	105	4,5%
Alimentos (1 refeição/dia)	240	0,30	14.400	60	2,6%
Subtotal			39.594	165	7%
Custos na administração central					
Formação profissional	20	500	10.000	42	1,8%
Encargos sociais (20% do pessoal)			69.683	290	12,4%
Administração e supervisão (5%)			28.076	117	5%
Subtotal			107.759	449	19,1%
Total Pessoal + Encargos					78,2%
Total MDE				2.184	
Total geral			563.641	2.349	100%
% do PIB per capita					15,4%

TABELA 9.

ESTRUTURA DO PRÉDIO DA PRÉ-ESCOLA

Descrição do prédio	Quantidade	m²/item
Sala de aula (mais de 20 m²)	6	25
Sala de direção/equipe	2	20
Sala de professores	1	15
Sala de leitura, biblioteca, sala de computação	1	45
Refeitório	1	45
Copa/cozinha	1	40
Quadra coberta	1	200
Parque infantil	1	10
Banheiro de funcionários/professores	2	8
Banheiro de alunos	6	8
Sala de depósito	3	15
Sala de tevê/DVD	1	30
Espaço de circulação		121
Área total		805 m²
Custo total estimado		R\$ 808.180

TABELA 10.**EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DE UMA PRÉ-ESCOLA**

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	Quantidade		
Esportes e brincadeiras		Mobiliário em geral	
Atividades físicas	25	Carteira	120
Conjunto de brinquedos para parquinho	1	Cadeira	140
Triciclo	10	escrivaninha com cadeira	11
Cozinha		Arquivo de aço com 4 gavetas	6
Freezer de 305 litros	1	Armário de madeira com 2 portas	6
Geladeira de 270 litros	1	Mesa para computador com cadeira	5
Fogão industrial	1	Mesa de leitura com 4 cadeiras	6
Liquidificador industrial	1	Mesa de reunião para sala de professores com 8 cadeiras	1
Botijão de gás	2	Armário com 2 portas para secretaria	1
Espremedor de frutas industrial	1	Mesa para refeitório com 6 cadeiras	10
Coleções e materiais bibliográficos		Mesa para impressora	3
Enciclopédias	1	Estantes para biblioteca	8
Dicionário completo da língua portuguesa	1	Quadro para sala de aula	6
Outros dicionários	2	Quadro para mural	6
Literatura infantil	2.400	Aparelhos em geral	
Apoio pedagógico	120	Bebedouro elétrico	2
Equipamentos para áudio, vídeo e foto		Circulador de ar de parede	6
Retroprojektor	1	Máquina de lavar	1
Tela para projeção	1	Máquina secadora	1
Televisor de 20 polegadas	6	Telefone	1
Suporte para tevê e DVD	6	Lixeira	22
Aparelho de DVD	6	Custo total estimado	
Máquina de vídeo/fotográfica	1	R\$ 137.465	
Aparelho com CD e rádio	6		
Processamento de dados			
Computador para administração/docentes	5		
Impressora a jato de tinta	1		
Impressora a laser	1		
Copiadora multifuncional	1		
Guilhotina de papel	1		

CAQi ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS

TABELA 11.

ESTIMATIVA DE CUSTO DE UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)

Alunos	480		
Turmas	20		
		Professor com ensino médio	Professor com ensino superior
Total de professores	20	10	10
Número de salas de aula	10		
Alunos/turma	24		
Jornada do aluno (horas/dia)	5		(25 horas/semana)
Jornada semanal do professor	40		(26 horas com os alunos)

TABELA 12.

CAQi ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)

INSUMOS	Qtde.	Custo unitário (R\$)	Custo total/ano (R\$)	Custo aluno/ano (R\$)	% do total
Pessoal (professor)					
Professor com ensino médio (40 horas)	10	1.350	179.955	375	16,9%
Professor com ensino superior (40 horas)	10	2.025	269.933	562	25,3%
Subtotal			449.888	937	42,2%
Pessoal (outros)					
Direção	1	2.633	35.091	73	3,3%
Secretaria	1	1.350	17.996	37	1,7%
Manutenção e infraestrutura	5	945	62.984	131	5,9%
Coordenação pedagógica	1	2.430	32.392	67	3%
Auxiliar de biblioteconomia	1	1.350	17.996	37	1,7%
Subtotal			166.458	347	15,6%
Bens e serviços					
Água, luz e telefone/mês	12	1.920	23.040	48	2,2%
Material de limpeza/mês	12	480	5.760	12	0,5%
Material didático/aluno	480	100	48.000	100	4,5%
Projetos de ações pedagógicas	480	100	48.000	100	4,5%
Material de escritório/mês	12	480	5.760	12	0,5%
Conservação predial/ano	1	29.516	29.516	61	2,8%
Manutenção e reposição de equipamentos/mês	12	1.920	23.040	48	2,2%
Subtotal			183.116	381	17,2%

(cont.)

TABELA 12. (cont.)**Alimentação**

Funcionário	3	945	37.791	79	3,5%
Alimentos (1 refeição/dia)	480	0,30	28.800	60	2,7%
Subtotal			66.591	139	6,2%

Custos na administração central

Formação profissional	32	500	16.000	33	1,5%
Encargos sociais (20% do pessoal)			130.827	273	12,3%
Administração e supervisão (5%)			53.309	111	5%
Subtotal			200.137	417	18,9%

Total Pessoal + Encargos

77,6%

Total MDE

2.082

Total geral

1.066.189

2.221

100%

% do PIB *per capita*

14,6%

TABELA 13.**ESTRUTURA DO PRÉDIO DE UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)**

Descrição do prédio	Quantidade	m ² /item
Sala de aula	10	35
Sala de direção/equipe	2	20
Sala de professores	1	25
Sala de leitura/biblioteca	1	60
Refeitório	1	50
Copa/cozinha	1	50
Quadra coberta	1	400
Laboratório de informática	1	35
Laboratório de ciências	1	35
Parque infantil	1	20
Banheiro de funcionários/professores	2	8
Banheiro	4	20
Sala de depósito	3	15
Sala de tevê/DVD	1	33
Sala de fotocópia	1	15
Espaço de circulação		214
Área total		1.470 m²
Custo total estimado		R\$ 1.475.807

TABELA 14.

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DE UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	Quantidade		
Esportes e brincadeiras			
Educação física e esportes	24		
Brinquedos para parquinho	1		
Cozinha			
Freezer de 305 litros	1		
Geladeira de 270 litros	1		
Fogão industrial	1		
Liquidificador industrial	1		
Botijão de gás	2		
Espremedor de frutas industrial	1		
Coleções e materiais bibliográficos			
Enciclopédia	1		
Dicionário completo de língua portuguesa	2		
Outros dicionários	24		
Literatura infantil	4.800		
Literatura infanto-juvenil	2.400		
Livros paradidáticos	480		
Apoio pedagógico	200		
Equipamentos para áudio, vídeo e foto			
Retroprojektor	1		
Tela para projeção	1		
Televisor de 20 polegadas	10		
Suporte para tevê/DVD	10		
Aparelho de DVD	10		
Câmera de vídeo/fotográfica	1		
Aparelho com CD e rádio	10		
Processamento de dados			
Computador para sala de informática	25		
Computador para administração/docentes	6		
Impressora a jato de tinta	1		
Impressora a laser	1		
Fotocopiadora	1		
Guilhotina de papel	1		
Mobiliário em geral			
Carteira		240	
Cadeira		264	
escrivaninha com cadeira		15	
Arquivo de aço com 4 gavetas		10	
Armário de madeira com 2 portas		10	
Mesa de leitura com 4 cadeiras		7	
Mesa de reunião para sala de professores		1	
Armário com 2 portas para secretaria		1	
Mesa para refeitório com 6 cadeiras		20	
Mesa para computador com cadeira		31	
Mesa para impressora		3	
Estante para biblioteca		25	
Quadro para sala de aula		10	
Quadro para mural		10	
Aparelhos para laboratório			
Kit Ciências (para 30 alunos)		5	
Aparelhos em geral			
Bebedouro elétrico		2	
Circulador de ar de parede		10	
Máquina de lavar		1	
Telefone		1	
Lixeira		14	
Custo total estimado			R\$ 369.480

CAQi ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS FINAIS

TABELA 15.

ESTIMATIVA DE CUSTO DE UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)

Alunos	600		
Turmas	20		
		Professor com ensino médio	Professor com ensino superior
Total de professores	20		20
Número de salas de aula	10		
Alunos/turma	30		
Jornada do aluno	5 horas/dia		(25 horas/semana)
Jornada semanal do professor	40 horas		(26 horas com os alunos)

TABELA 16.

CAQi ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)

INSUMOS	Otde.	Custo unitário (R\$)	Custo total/ano (R\$)	Custo aluno/ano (R\$)	% do total
Pessoal (professor)					
Professor com ensino superior 40 horas)	20	2.025	539.865	900	41,2%
Subtotal			539.865	900	41,2%
Pessoal (outros)					
Direção	1	2.633	35.091	58	2,7%
Secretaria	2	1.350	35.991	60	2,7%
Manutenção e infraestrutura (nível ensino fundamental)	4	945	50.387	84	3,8%
Manutenção e infraestrutura (nível ensino médio)	2	1.350	35.991	60	2,7%
Coordenação pedagógica	1	2.430	32.392	54	2,5%
Bibliotecário	1	2.025	26.993	45	2,1%
Subtotal			216.846	361	16,5%
Bens e serviços					
Água, luz e telefone	12	1.800	21.600	36	1,6%
Material de limpeza	12	600	7.200	12	0,5%
Material didático/aluno	600	100	60.000	100	4,6%
Projetos de ações pedagógicas	600	100	60.000	100	4,6%
Material de escritório	12	600	7.200	12	0,5%
Conservação predial	1	56.472	56.472	94	4,3%
Manutenção e reposição de equipamentos/mês	12	2.400	28.800	48	2,2%
Subtotal			241.272	402	18,4%

(cont.)

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE: QUANTO CUSTA ESSE DIREITO?

TABELA 16. (cont.)

Alimentação					
Funcionário	3	945	37.791	63	2,9%
Alimentos (1 refeição/dia)	600	0,30	36.000	60	2,7%
Subtotal			73.791	123	5,6%
Custos na administração central					
Formação profissional	30	500	15.000	25	1,1%
Encargos sociais (20% do pessoal)			158.900	265	12,1%
Administração e supervisão (5%)			65.205	109	5%
Subtotal			239.105	399	18,3%
Total Pessoal + Encargos					76,7%
Total MDE				2.062	
Total geral			1.311.236	2.185	100%
% do PIB <i>per capita</i>					14,3%

TABELA 17.

ESTRUTURA DO PRÉDIO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)

Descrição do prédio	Quantidade	m²/item
Sala de aula	10	40
Sala de direção/equipe	4	20
Sala de professores	1	40
Sala de leitura/biblioteca	1	80
Sala do grêmio estudantil e de convivência dos estudantes	1	40
Refeitório	1	80
Copa/cozinha	1	40
Quadra coberta	1	600
Laboratório de informática	1	40
Laboratório de ciências	1	40
Banheiro	4	20
Sala de depósito	3	15
Sala de tevê/DVD	1	40
Sala de fotocópia	1	15
Espaço de circulação		255
Área total		1.875 m²
Custo total estimado		R\$ 1.882.406

TABELA 18.**EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DE ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)**

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	Quantidade		
Esportes e brincadeiras			
Educação física e esportes	30		
Cozinha			
Freezer de 305 litros	2		
Geladeira de 270 litros	2		
Fogão industrial	2		
Liquidificador industrial	2		
Botijão de gás	2		
Espremedor de frutas industrial	2		
Coleções e materiais bibliográficos			
Enciclopédia	2		
Dicionário completo de língua portuguesa	4		
Outros dicionários	30		
Literatura infanto-juvenil	3.000		
Literatura brasileira	3.000		
Literatura estrangeira	3.000		
Livros paradidáticos	600		
Apoio pedagógico	200		
Equipamentos para áudio, vídeo e foto			
Retroprojetor	1		
Tela para projeção	1		
Televisor de 20 polegadas	10		
Suporte para tevê/DVD	10		
Aparelho de DVD	10		
Câmera de vídeo/fotográfica	1		
Aparelho com CD e rádio	10		
Processamento de dados			
Computador para sala de informática	30		
Computador para administração/docentes	8		
Impressora a jato de tinta	2		
Impressora a laser	2		
Fotocopiadora	1		
Guilhotina de papel	1		
Mobiliário em geral			
Carteira		300	
Cadeira		300	
Escrivaninha com cadeira		15	
Arquivo de aço com 4 gavetas		10	
Armário de madeira com 2 portas		10	
Mesa de leitura com 4 cadeiras		8	
Mesa de reunião para sala de professores com 8 cadeiras		2	
Armário com 2 portas para secretaria		2	
Mesa para refeitório com 6 cadeiras		25	
Mesa para computador com cadeira		39	
Mesa para impressora		5	
Estante para biblioteca		33	
Quadro para sala de aula		10	
Quadro para mural		10	
Aparelhos para laboratório			
Kit Ciências (para 30 alunos)		6	
Aparelhos em geral			
Bebedouro elétrico		4	
Circulador de ar de parede		10	
Máquina de lavar		1	
Telefone		2	
Lixeira		16	
Custo total estimado			R\$ 450.250

CAQi ESCOLA DO CAMPO ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS

TABELA 19.

ESTIMATIVA DE CUSTO DE UMA ESCOLA DO CAMPO DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)

Alunos	70		
Turmas	5		
		Professor com ensino médio	Professor com ensino superior
Total de professores	5	3	2
Número de salas de aula	3		
Alunos/turma	14		
Jornada do aluno	5 horas/dia		(25 horas por semana)
Jornada semanal do professor	40		(25 horas com os alunos)

Obs.: Por ser uma escola pequena e com poucos alunos por turma, pensou-se em uma organização na qual os professores usariam parte do tempo em que não estiverem com os alunos para as tarefas de gestão.

TABELA 20.

CAQi ESCOLA DO CAMPO DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)

INSUMOS	Qtde.	Custo unitário (R\$)	Custo total/ano (R\$)	Custo aluno/ano (R\$)	% do total
Custos no âmbito da escola					
Pessoal (professor)					
Professor com ensino médio (40 horas)	3	1.755	70.182	1.003	24,5%
Professor com ensino superior (40 horas)	2	2.633	70.182	1.003	24,5%
Subtotal			140.365	2.005	49%
Pessoal (outros)					
Manutenção e infraestrutura	1	945	12.597	180	4,4%
Subtotal			12.597	180	4,4%
Bens e serviços					
Água, luz e telefone	12	280	3.360	48	1,2%
Material de limpeza	12	70	840	12	0,3%
Material didático	70	100	7.000	100	2,4%
Projetos de ações pedagógicas	70	100	7.000	100	2,4%
Material de escritório	12	40	480	7	0,2%
Conservação predial	1	10.943	10.943	156	3,8%
Manutenção e reposição de equipamentos	12	280	3.360	48	1,2%
Subtotal			32.983	471	11,5%

(cont.)

TABELA 20. (cont.)

Alimentação					
Merendeira	1	945	12.597	180	4,4%
Alimentos (1 refeição/dia)	70	0,3	4.200	60	1,5%
Subtotal			16.797	240	5,9%
Custos na administração central					
Formação profissional	7	500	3.500	50	1,2%
Encargos sociais			33.112	473	11,6%
Administração e supervisão			12.598	180	4,4%
Subtotal			49.209	703	17,2%
Transporte	54	620	33.480	478	11,7%
Total Pessoal + Encargos					72,8%
Total MDE				3.838	
Total geral			285.431	4.078	100%
% do PIB per capita					26,9%

TABELA 21.**ESTRUTURA DO PRÉDIO DE UMA ESCOLA DO CAMPO DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)**

Descrição do prédio	Quantidade	m²/item
Sala de aula com mais de 20 m²	3	25
Sala de direção/equipe	1	20
Sala de leitura/biblioteca/informática	1	30
Refeitório	1	30
Copa/cozinha	1	20
Quadra coberta	1	200
Parque infantil	1	20
Banheiro de funcionários e professores	2	8
Banheiro	2	10
Sala de depósito	1	15
Sala de tevê/DVD	1	30
Espaço de circulação		69
Área total		545 m²
Custo total estimado		R\$ 547.153

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE: QUANTO CUSTA ESSE DIREITO?

TABELA 22.

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DE UMA ESCOLA DO CAMPO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	Quantidade		
Esportes e brincadeiras		Mobiliário em geral	
Educação física e esportes	14	Carteira	42
Brinquedos para parquinho	1	Cadeira	56
Cozinha		Mesa com 3 gavetas com cadeira	6
Freezer de 305 litros	1	Arquivo de aço com 4 gavetas	3
Geladeira de 270 litros	1	Armário de madeira com 2 portas	3
Fogão industrial	1	Mesa de leitura com 4 cadeiras	5
Liquidificador industrial	1	Mesa de reunião para sala de professores com 8 cadeiras	1
Botijão de gás	2	Armário de aço para a secretaria	1
Espremedor de frutas industrial	1	Mesa para refeitório com 6 cadeiras	5
Coleções e materiais bibliográficos		Mesa para computador com cadeira	17
Enciclopédia	1	Mesa para impressora	3
Dicionário completo de língua portuguesa	2	Estante para biblioteca	4
Outros dicionários	25	Quadro para sala de aula	3
Literatura infantil	700	Quadro para mural	3
Literatura infanto-juvenil	350	Aparelhos para laboratório	
Livros paradidáticos	70	Kit ciências (para 30 alunos)	3
Apoio pedagógico	50	Aparelhos em geral	
Equipamentos para áudio, vídeo e foto		Bebedouro elétrico	1
Retroprojeter	1	Circulador de ar de parede	3
Tela para projeção	1	Máquina de lavar	1
Televisor de 20 polegadas	3	Telefone	1
Suporte para tevê/DVD	3	Lixeira	4
Aparelho de DVD	3		
Câmera de vídeo/fotográfica	1		
Aparelho com CD e rádio	3	Custo total estimado	R\$ 122.803
Processamento de dados			
Computador para sala de informática	15		
Computador para secretaria/administração	2		
Impressora a laser	1		
Impressora a jato de tinta	1		
Fotocopiadora	1		
Guilhotina	1		

CAQi ESCOLA DO CAMPO

ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS FINAIS

TABELA 23.

ESTIMATIVA DE CUSTO DE UMA ESCOLA DO CAMPO DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)

Alunos	100		
Turmas	4		
		Professor com ensino médio	Professor com ensino superior
Total de professores	4		4
Número de salas de aula	2		
Alunos/turma	25		
Jornada do aluno	5 horas/dia		(25 horas/semana)
Jornada semanal do professor	40 horas		(25 horas com os alunos)

Obs.: Pensou-se em um desenho de escola no qual um mesmo professor pode trabalhar com diferentes campos de conhecimento, privilegiando a permanência desses professores o dia todo na escola.

TABELA 24.

CAQi ESCOLA DO CAMPO DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)

INSUMOS	Otd.	Custo unitário (R\$)	Custo total/ano (R\$)	Custo aluno/ano (R\$)	% do total
Custos no âmbito da escola					
Pessoal (professor)					
Professor com nível superior (40 horas)	4	2.633	140.365	1.404	36,4%
Subtotal			140.365	1.404	36,4%
Pessoal (outros)					
Direção	1	2.633	35.091	351	9,1%
Secretaria	1	1.350	17.996	180	4,7%
Manutenção e infraestrutura	1	945	12.597	126	3,3%
Subtotal			65.684	657	17%
Bens e serviços					
Água, luz e telefone	12	400	4.800	48	1,2%
Material de limpeza	12	100	1.200	12	0,3%
Material didático	100	100	10.000	100	2,6%
Projetos de ações pedag.	100	100	10.000	100	2,6%
Material de escritório	12	100	1.200	12	0,3%
Conservação predial	1	14.557	14.557	146	3,8%
Manutenção e reposição de equipamentos	12	400	4.800	48	1,2%
Subtotal			46.557	466	12,1%

(cont.)

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE: QUANTO CUSTA ESSE DIREITO?

TABELA 24. (cont.)

Alimentação					
Funcionários	1	945	12.597	126	3,3%
Alimentos (1 refeição/dia)	100	0,3	6.000	60	1,6%
Subtotal			18.597	186	4,8%
Custos na administração central					
Formação profissional	8	500	4.000	40	1%
Encargos sociais			43.729	437	11,3%
Administração e supervisão			16.786	168	4,4%
Subtotal			64.515	645	16,7%
Transporte	80	620	49.600	496	12,9%
Total Pessoal + Encargos					71,6%
Total MDE				3.667	
Total geral			385.318	3.853	100%
% do PIB per capita					25,3%

TABELA 25.

ESTRUTURA DO PRÉDIO DA ESCOLA DO CAMPO DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)

Descrição do prédio	Quantidade	m²/item
Sala de aula com mais de 20 m ²	2	35
Sala de direção/equipe	1	20
Sala de professores	1	25
Sala de leitura/biblioteca	1	35
Sala do grêmio estudantil e de convivência dos estudantes	1	20
Refeitório	1	50
Copa/cozinha	1	20
Quadra coberta	1	200
Laboratório de informática	1	35
Laboratório de ciências	1	35
Parque infantil	1	20
Banheiro de funcionários e professores	2	10
Banheiro	2	10
Sala de depósito	1	15
Sala de tevê/DVD	1	35
Espaço de circulação		105
Área total		725 m²
Custo total estimado		R\$ 727.864

TABELA 26.**EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DE UMA ESCOLA DO CAMPO DE ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)**

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	Quantidade		
Esportes e brincadeiras			
Educação física e esportes	25		
Cozinha			
Freezer de 305 litros	1		
Geladeira de 270 litros	1		
Fogão industrial	1		
Liquidificador industrial	1		
Botijão de gás	2		
Espremedor de frutas industrial	1		
Coleções e materiais bibliográficos			
Enciclopédia	1		
Dicionário completo de língua portuguesa	2		
Outros dicionários	25		
Literatura infanto-juvenil	500		
Literatura brasileira	500		
Literatura estrangeira	500		
Livros paradidáticos	100		
Apoio pedagógico	50		
Equipamentos para áudio, vídeo e foto			
Retroprojeter	1		
Tela para projeção	1		
Televisor de 20 polegadas	2		
Suporte para tevê/DVD	2		
Aparelho de DVD	2		
Câmera de vídeo/fotográfica	1		
Aparelho com CD e rádio	2		
Processamento de dados			
Computador para sala de informática	26		
Computador para secretaria	2		
Impressora a laser	1		
Impressora a jato de tinta	1		
Fotocopiadora	1		
Guilhotina	1		
Mobiliário em geral			
Carteira		50	
Cadeira		75	
escrivaninha com cadeira		6	
Arquivo de aço com 4 gavetas		2	
Armário de madeira com 2 portas		2	
Mesa de leitura com 4 cadeiras		7	
Mesa de reunião para sala de professores com 8 cadeiras		1	
Armário com 2 portas para secretaria		1	
Mesa para computador com cadeira		25	
Mesa para impressora		3	
Estante para biblioteca		5	
Quadro para sala de aula		2	
Quadro para mural		2	
Aparelhos para laboratório			
Kit Ciências (para 30 alunos)		5	
Aparelhos em geral			
Bebedouro elétrico		1	
Circulador de ar de parede		2	
Máquina de lavar		1	
Telefone		1	
Lixeira		3	
Custo total estimado			R\$ 157.476

CAQi ENSINO MÉDIO

TABELA 27.

ESTIMATIVA DE CUSTO DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

Alunos	900		
Turmas	30		
		Professor com ensino médio	Professor com ensino superior
Total de professores	30		30
Número de salas de aula	15		
Alunos/turma	30		
Jornada do aluno (horas/dia)	5		(25 horas/semana)
Jornada semanal do professor	40 horas		(26 horas com os alunos)

TABELA 28.

CAQi ENSINO MÉDIO

INSUMOS	Qtde.	Custo unitário (R\$)	Custo total/ano (R\$)	Custo aluno/ano (R\$)	% do total
Pessoal (professor)					
Professor com ensino superior (40 horas)	30	2.025	809.798	900	40%
Subtotal			809.798	900	40%
Pessoal (outros)					
Direção	2	2.633	70.182	78	3,5%
Secretaria	4	1.350	71.982	80	3,6%
Manutenção e infraestrutura (ensino fundamental)	4	945	50.387	56	2,5%
Manutenção e infraestrutura (ensino médio)	4	1.350	71.982	80	3,6%
Coordenação pedagógica	2	2.430	64.784	72	3,2%
Bibliotecário	2	2.025	53.987	60	2,7%
Subtotal			383.304	426	18,9%
Bens e serviços					
Água, luz e telefone	12	2.700	32.400	36	1,6%
Material de limpeza	12	900	10.800	12	0,5%
Material didático	900	100	90.000	100	4,4%
Projetos de ações pedagógicas	900	100	90.000	100	4,4%
Material de escritório	12	900	10.800	12	0,5%
Conservação predial	1	74.920	74.920	83	3,7%
Manutenção e reposição de equipamentos	12	3.600	43.200	48	2,1%
Subtotal			352.120	391	17,4%

(cont.)

TABELA 28. (cont.)**Alimentação**

Funcionário	4	945	50.387	56	2,5%
Alimentos (1 refeição/dia)	900	0,30	54.000	60	2,7%
Subtotal			104.387	116	5,2%

Custos na administração central

Formação profissional	48	500	24.000	27	1,2%
Encargos sociais (20% do pessoal)			248.698	276	12,3%
Administração e supervisão (5%)			100.457	112	5%
Subtotal			373.155	415	18,5%

Total Pessoal + Encargos**77,7%****Total MDE****2.132****Total geral****2.023.481****2.248****100%****% do PIB per capita****14,8%****TABELA 29.****ESTRUTURA DO PRÉDIO DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO**

Descrição do prédio	Quantidade	m²/item
Sala de aula com mais de 20 m²	15	40
Sala de direção/equipe	2	20
Sala da equipe pedagógica	2	20
Sala de professores	1	50
Sala de leitura/biblioteca	1	100
Sala do grêmio estudantil e de convivência dos estudantes	1	45
Refeitório	1	80
Copa/cozinha	1	50
Quadra coberta	1	700
Laboratório de informática	1	40
Laboratório de ciências	3	40
Banheiro de alunos	6	20
Sala de depósito	2	30
Sala de tevê/DVD	1	50
Sala de fotocópia	1	15
Espaço de circulação		358
Área total		2.488 m²
Custo total		R\$ 2.497.326

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE: QUANTO CUSTA ESSE DIREITO?

TABELA 30.

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	Quantidade		
Esportes e brincadeiras			
Educação física e esportes	30		
Cozinha			
Freezer de 305 litros	2		
Geladeira de 270 litros	2		
Fogão industrial	2		
Liquidificador industrial	2		
Botijão de gás	4		
Espremedor de frutas industrial	2		
Coleções e materiais bibliográficos			
Enciclopédia	3		
Dicionário	6		
Outros dicionários	30		
Literatura brasileira	4.500		
Literatura estrangeira	4.500		
Livros paradidáticos	900		
Apoio pedagógico	300		
Equipamentos para áudio, vídeo e foto			
Retroprojeter	3		
Tela para projeção	3		
Televisor de 20 polegadas	15		
Suporte para tevê e DVD	15		
Aparelho de DVD	15		
Câmera vídeo/fotográfica	1		
Aparelho com CD e rádio	15		
Processamento de dados			
Computador para sala de informática	31		
Computador para administração/docentes	8		
Impressora a laser	2		
Impressora a jato de tinta	1		
Fotocopiadora	1		
Guilhotina de papel	1		
Mobiliário em geral			
Carteira		450	
Cadeira		480	
escrivaninha com cadeira		20	
Arquivo de aço com 4 gavetas		15	
Armário de madeira com 2 portas		15	
Mesa de leitura com 4 cadeiras		9	
Mesa de reunião para sala de professores com 8 cadeiras		2	
Armário com 2 portas para secretaria		2	
Mesa para refeitório com 6 cadeiras		25	
Mesa para computador com cadeira		39	
Mesa para impressora		7	
Estante para biblioteca		34	
Quadro para sala de aula		15	
Quadro para mural		15	
Aparelhos para laboratório			
Kit Biologia (para 30 alunos)		6	
Kit Química (para 30 alunos)		6	
Kit Física (para 30 alunos)		6	
Aparelhos em geral			
Bebedouro elétrico		6	
Circulador de ar de parede		15	
Máquina de lavar		1	
Telefone		3	
Lixeira		23	
Custo total estimado		R\$ 523.337	

Sobre a Campanha Nacional pelo Direito à Educação

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação surgiu em 1999, impulsionada por um conjunto de organizações da sociedade civil que participaria da Cúpula Mundial de Educação, em Dacar (Senegal), no ano seguinte. A articulação pretendia somar diferentes forças políticas pela efetivação dos direitos educacionais, priorizando ações de mobilização, pressão política e comunicação. Hoje, é a articulação mais plural no campo da educação básica no Brasil. Conta com 20 comitês regionais e mais de 200 grupos e organizações em todo o País. É fundadora e integrante da Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação e membro do Comitê Diretivo da Campanha Global pela Educação, tendo como foco a educação básica, mas sem perder de vista o contexto geral do ensino brasileiro. Em sua atuação pela efetivação do direito humano à educação no Brasil, desenvolve as seguintes estratégias:

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Costura contínua de parcerias e alianças com diversas organizações e movimentos locais, nacionais e internacionais para alcançar objetivos comuns.

PRESSÃO SOBRE AS AUTORIDADES

Ação política (reuniões, audiências, atos e posicionamentos públicos, pressão virtual) sobre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para elaborar ou alterar políticas públicas.

MOBILIZAÇÃO POPULAR

Participação de estudantes, educadores(as) e demais cidadãos(ãs) nas ações da Campanha em todo o Brasil, com uma base social de sujeitos políticos atuantes.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Subsídio técnico e político às ações por meio da realização de pesquisas de opinião, sistematização de informações, produção e edição de cadernos e livros, bem como outros materiais.

COMUNICAÇÃO

Promoção de conexão e troca entre os(as) integrantes da Campanha, com disseminação de informações estratégicas e divulgação de posicionamentos políticos.

FORMAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

Realização de encontros, seminários, oficinas, assembleias e diálogos a distância, além da participação em ações públicas e discussões, tanto locais quanto nacionais.

JUSTICIABILIDADE

A Campanha aciona instrumentos e mecanismos jurídicos para que as leis educacionais sejam cumpridas e, assim, o direito à educação seja garantido. Já foram utilizados instrumentos como ADPF (Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental) e *Amicus Curiae*.

PUBLICAÇÕES DA CAMPANHA

DVD “FUNDEB PRA VALER! / FUNDEB FOR REAL!” (2009)

Em edição bilíngue (português/inglês), o DVD contra a trajetória do trabalho desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação na aprovação e na regulamentação do Fundeb (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) no Congresso Nacional.

INITIAL QUALITY EDUCATION COST PER STUDENT (2009)

Versão resumida da publicação *Custo Aluno-Qualidade Inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil*, traduzida para o inglês. Tem como foco a disseminação do CAQi como ferramenta de discussão sobre financiamento público da educação, voltada para países de língua inglesa.

REVISTA INSUMOS PARA O DEBATE: FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO LULA (2009)

Com artigos de José Marcelino Rezende Pinto, Luiz Araújo e Salomão Barros Ximenes, o primeiro número da revista faz uma análise dos investimentos em educação feitos pelo governo federal desde 2003.

CUSTO ALUNO-QUALIDADE INICIAL: RUMO À EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE NO BRASIL (2007)

Estudo inédito, desenvolvido ao longo de cinco anos com a participação de especialistas de universidades, institutos de pesquisa, gestores, profissionais, estudantes e ativistas, sobre o quanto é preciso investir por aluno (dependendo de fatores como a localização regional, a raça e o gênero) para que o País ofereça uma educação básica com o mínimo de qualidade.

CONSULTA SOBRE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PENSAM E QUEREM OS SUJEITOS DESSE DIREITO (2006)

Ouviu os(as) principais protagonistas da educação infantil (profissionais, crianças, famílias e lideranças comunitárias) para conhecer melhor suas ideias, suas expectativas e seus desejos sobre qualidade nessa etapa inicial da educação básica. As professoras Maria Malta Campos e Sílvia Helena Vieira Cruz assinam o relatório que deu base à publicação.

A EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: DIREITO EM RISCO (2006)

Livro que reúne os resultados da Reunião Paralela da Sociedade Civil, realizada simultaneamente ao encontro do GAN (Grupo de Alto Nível) da EPT (Educação Para Todos), ocorrido nos dias 8 e 9 de novembro de 2004, em Brasília (DF). A publicação é uma coedição da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com a ActionAid Américas e a Editora Cortez. Possui também versão em espanhol.

A Campanha ainda promove suas ideias e ações por meio de produtos promocionais, como camisetas e bolsas. Entre em contato para receber as publicações e os demais produtos.

E-mail: coordenacao@campanhaeducacao.org.br

Tels.: (11) 3159-1243 / 8793-7711

SEMANA DE AÇÃO MUNDIAL. PARTICIPE!

A Semana de Ação Mundial é uma iniciativa da Campanha Global pela Educação e, desde 2001, acontece todos os anos, geralmente no fim de abril, em mais de 100 países. É uma grande pressão internacional da sociedade civil sobre líderes e governos para que cumpram os tratados e as leis nacionais e internacionais no sentido de garantir educação pública de qualidade para todas e todos.

No Brasil, a Semana é coordenada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que produz e distribui materiais de apoio e realiza inúmeras atividades junto com diversos parceiros.

Em 2010, foram mais de 180 atividades, como eventos no Maracanã, oficinas, reuniões, rodas de conversa, seminários, debates, palestras, formação de educadores, encontros de comunidades escolares, peças teatrais, gincana escolar, exposições de filmes, jogos de futebol, passeatas, exposições, pesquisas, roda de leitura esportiva, entre muitas outras ações. Essas atividades foram desenvolvidas em escolas do ensino fundamental e médio, em conselhos municipais e estaduais de educação, creches, universidades, centros culturais, sindicatos, bibliotecas, associações comunitárias, praças e ruas. Mais de 230 mil pessoas participaram em todos os Estados e no Distrito Federal, discutindo o tema “Um gol pela educação: financiando a educação pública de qualidade para todas e todos”.

Em 2009, foram mais de 160 atividades como aulas públicas no Congresso Nacional, em Assembleias Legislativas e em Câmaras de Vereadores, jornadas de leitura, exposições de vídeo, apresentações teatrais, oficinas, seminários, palestras e reuniões em bibliotecas, escolas, entidades e associações. Mais de 107 mil pessoas participaram em todos os Estados e no Distrito Federal, discutindo o tema “Ler e escrever o mundo”.

FAÇA VOCÊ TAMBÉM PARTE DESTA GRANDE MOBILIZAÇÃO MUNDIAL!

ENTRE EM NOSSA RODA!

E-mail: sam@campanhaeducacao.org.br

Tels.: (11) 3159-1243 e (11) 8793-7711

1 GOL: EDUCAÇÃO PARA TODOS

1 GOL: Educação para Todos é uma parceria entre a CGE (Campanha Global pela Educação) e a Fifa (Federação Internacional de Futebol) para pressionar governos de todo o mundo a cumprir as metas do Tratado Educação para Todos, garantindo que todas as crianças do planeta tenham acesso a educação de qualidade até 2015.

O Educação para Todos é um compromisso internacional, assumido por 166 países e constituído por seis metas, no qual os líderes mundiais se comprometeram a garantir educação pública de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos até 2015.

Inspirada na paixão pelo futebol que atraiu milhões de olhares para a Copa do Mundo 2010, na África do Sul, a ideia da iniciativa é captar a atenção internacional para a necessidade de uma educação de qualidade em todos os países. As ações do 1GOL continuam a ser desenvolvidas no mundo todo depois da Copa de 2010. No Brasil, o 1GOL deve se estender até a Copa de 2014, já que nosso país será a sede do mundial.

Entre no site <http://www.marque1gol.org.br> e assine uma petição internacional que exige educação de qualidade para todos. Lá você também pode assistir ao filme brasileiro da iniciativa, ver fotos dos atletas que já aderiram ao movimento e obter informações sobre como participar.

Para mais informações, entre em contato:

E-mail: 1gol@campanhaeducacao.org.br

Telefones: (11) 3159-1243 e (11) 8793-7711

Site: <http://www.marque1gol.org.br>

COORDENADOR GERAL
Daniel Cara

COORDENADORA EXECUTIVA
Iracema Nascimento

ASSESSORA DE PROJETOS
Maitê Gauto

ASSESSORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA
Malu Souza

ASSISTENTES DE PROJETOS
Carolina Morais
Ludmila de Carvalho

ESTAGIÁRIA DE COMUNICAÇÃO
Andressa Pellanda

ESTAGIÁRIA DE SECRETARIADO
Monike Silva

COORDENAÇÃO GERAL
Rua Mourato Coelho, 393 - cj 4.
São Paulo-SP CEP 05417-010
Tel.: (+55 11) 3159-1243
Cel.: (+55 11) 8793-7711
E-mail: coordenacao@campanhaeducacao.org.br
Site: <http://www.campanhaeducacao.org.br>
Skype: [campanhaeducacaobrasil](#)

ActionAid Brasil

Ação Educativa

Cedeca (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente)

Centro de Cultura Luiz Freire

CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação)

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e dos Adolescentes

Mieib (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil)

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)

Uneme (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação)

Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação)

COMITÊ DIRETIVO NACIONAL

COMITÊS REGIONAIS





Muitos afirmam que uma educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento do País. Mas o que é educação de qualidade, afinal? Como deve ser e o que deve ter uma creche ou uma escola pública para garantir que suas crianças, jovens e adultos realmente aprendam? E quanto custa garantir esse direito a todos os brasileiros e todas as brasileiras?



Com este livreto, convidamos você a discutir essas questões a partir da proposta de CAQi (Custo Aluno-Qualidade Inicial) desenvolvida pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e transformada em parecer pelo Conselho Nacional de Educação (parecer CNE/CEB n. 8/2010, de 5/5/2010).

Boa leitura e boa discussão!



REALIZAÇÃO



APOIO

